

Comité de Representantes



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

19

SUMARIO

ALADI/CR/Ata 254
Sumário
13 de fevereiro de 1990

RESERVADO

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.146).

APROVA-SE.

1) Representação do Paraguai. Término de missão do Assessor, Senhora Gladys Acosta de Borrego.

2) Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Candidatura do Doutor Jorge Cañete Arce para o cargo de Subsecretário da Associação.

3) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem.

ALADI/CR/di 1.286.

(Envia cartões de autógrafos do Senhor Allan Kardec Callabona, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo autorizado para assinar esses documentos).

4) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem.

ALADI/CR/di 1.287.

(Envia, em anexo, os cartões de autógrafos dos funcionários autorizados para subscrever esses documentos pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais).

5) Representação da Argentina. Concorrência pública internacional.

ALADI/CR/di 237.

(Para a adjudicação por concessão da obra pública para a terminação

//

das obras e exploração pelo regime de lei provincial do Centro das Artes do Espetáculo - Teatro Argentino de La Plata).

- 6) Representação do Brasil. Sexto Protocolo Adicional do Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o México (Acordo no. 9).

(Informa que em 6 de fevereiro em curso subscreveu esse documento, depositando seu texto na Secretaria-Geral).

- 7) Representação do México. Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o Brasil (Acordo no. 9).

(Em 10. de fevereiro deste ano subscreveu esse documento, depositando o texto na Secretaria-Geral).

- 8) Representação do Brasil. Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).

(Informa que em 9 de fevereiro subscreveu esse documento, depositando seu texto na Secretaria-Geral).

- 9) Representação do Paraguai. Décimo Segundo e Décimo Terceiro Protocolos Adicionais ao Acordo Regional de Abertura de Mercados, subscritos com o Brasil e o Chile, respectivamente (Acordo no. 3).

(Informa que em 28 de novembro de 1989 e em 2 de fevereiro de 1990 subscreveu esses documentos, depositando seu texto na Secretaria-Geral).

- 10) Representação do Chile. Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).

//

//

(Em 2 de fevereiro subscreveu esse protocolo, sendo sua depositária a Secretaria-Geral).

11) Estudos previstos no contexto do programa de trabalhos da Associação para 1990 (ALADI/SEC/dt 175.2/Rev. 1).

Passa para a Comissão de Orçamento.

12) Lista de reuniões programadas pela Secretaria-Geral para 1990 (ALADI/SEC/di 345).

13) Calendário de reuniões empresariais setoriais para 1990 (ALADI/SEC/di 342).

14) Criação de um Grupo de trabalho sobre Transporte por água (ALADI/SEC/Proposta 87/Rev. 1).

Será analisado em sessão informal.

15) Programa de ação da ALADI em matéria de turismo (ALADI/SEC/Proposta 88).

O tema será analisado pelo grupo de trabalho do Conselho de Turismo.

16) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/XII/1989 (ALADI/SEC/dt 4.106).

- Após a publicação do documento ALADI/SEC/di 2.146 foi recebida uma nota e foi publicado o seguinte documento:

17) Representação do Chile. Convite para participar da posse do Excelentíssimo Senhor Presidente Eleito, Patricio Aylwin Azócar.

O tema será tratado na próxima sessão.

18) Integração do fundo para dotações especiais, criado pela Resolução 48 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 75.11).

3. Consideração da ata correspondente à 249a. sessão.

APROVA-SE.

4. Convocação da décima sexta reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/SEC/Proposta 86).

APROVA-SE o Acordo 112, sobre "Convocação da décima sexta reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários".

//

sp

//

5. Situação financeira da Associação.

O tema passa para a Comissão de Orçamento e depois voltará para o Comitê.

6. Convocação e agenda da Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores.

A Secretaria apresentará um novo documento com as observações feitas em Sala. O tema continuará sendo estudado.

Comité de Representantes



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

397

APROVADA
NA 265 .a. Sessão

ALADI/CR/Ata 254
13 de fevereiro de 1990
Hora: 10h 30m às 12h 45m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.146).
 - 1) Representação do Paraguai. Término de missão do Assessor, Senhora Gladys Acosta de Borrego.
 - 2) Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Candidatura do Doutor Jorge Cafete Arce para o cargo de Subsecretário da Associação.
 - 3) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.286).
 - 4) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.287).
 - 5) Representação da Argentina. Concorrência pública internacional (ALADI/CR/di 237).
 - 6) Representação do Brasil. Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o México (Acordo no. 9).
 - 7) Representação do México. Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o Brasil (Acordo no. 9).
 - 8) Representação do Brasil. Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).

//

- 9) Representação do Paraguai. Décimo Segundo e Décimo Terceiro Protocolos Adicionais ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscritos com o Brasil e o Chile, respectivamente (Acordo no. 3).
 - 10) Representação do Chile. Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).
 - 11) Estudos previstos no contexto do programa de trabalhos da Associação para 1990 (ALADI/SEC/dt 175.2/Rev. 1).
 - 12) Lista de reuniões programadas pela Secretaria-Geral para 1990 (ALADI/SEC/di 345).
 - 13) Calendário de reuniões empresariais setoriais para 1990 (ALADI/SEC/di 342).
 - 14) Criação de um grupo de trabalho sobre transporte por água (ALADI/SEC/Proposta 87/Rev. 1).
 - 15) Programa de ação da ALADI em matéria de turismo (ALADI/SEC/Proposta 88).
 - 16) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/XII/1989 (ALADI/SEC/dt 4.106).
 - 17) Representação do Chile. Convite para participar da posse do Excelentíssimo Senhor Presidente Eleito, Patricio Aylwin Azócar.
 - 18) Integração do fundo para dotações especiais, criado pela Resolução 48 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 75.11).
3. Consideração da ata correspondente à 249a. sessão.
 4. Convocação da décima sexta reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/SEC/Proposta 86).
 5. Situação financeira da Associação.
 6. Convocação e agenda da Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores.

//

//

399

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: María Esther Bondanza (Argentina); William Cronenbold e María Cecilia Moreno Velasco (Bolívia); Rubens Antonio Barbosa, Roberto Gaspary Torres, Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti e Bruno de Risios Bath (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Juan Guillermo Toro Dávila e Manuel Valencia Astorga (Chile); Fernando Ribadeneira e Roberto Proaño (Equador); Andrés Falcón Mateos, Dora Rodríguez Romero e José Pedro Pereyra Hernández (México); Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); Pablo Portugal Rodríguez e Sylvia Alfaro Espinosa (Peru); Gustavo Magariños, Carlos Zeballos, José Roberto Muineló e Luis Bermúdez Alvarez (Uruguai); Santos Sancler Guevara, Pedro Elías Revollo Salazar e Antonieta Arcaya Smith (Venezuela).

Secretário-Geral: Norberto Bertaina.

Secretário-Geral Adjunto: Jaime Quijandria.

Secretário-Geral: René Jordán Pando.

Secretaria: Juan Vacchino.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia provisória.

Se não houver observações, se dá por APROVADA.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.146).

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, o documento ALADI/CR/di 2.146 contém notas e documentos:

1) Representação do Paraguai. Término de missão do Assessor, Senhora Gladys Acosta de Borrego.

"No. 4/7/90. Montevideu, em 5 de fevereiro de 1990. A Sua Excelência o Senhor Contador Norberto Bertaina, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

vf

//

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência o término de missão, nesta data, do Assessor da Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI, Senhora Gladys Acosta de Borrego.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Doutor Antonio Félix López Acosta, Embaixador."

SECRETARIO-GERAL. Rogamos à Representação do Paraguai que faça chegar nossos cumprimentos à Senhora Gladys Acosta de Borrego.

2) Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Candidatura do Doutor Jorge Cañete Arce para o cargo de Subsecretário da Associação.

"Bogotá, em 7 de fevereiro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Rubens Antonio Barbosa, Presidente do Comitê de Representantes da ALADI. Montevideú, Uruguai.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência por sua eleição como Presidente do Comitê de Representantes da ALADI. Tenho a certeza de que sua acendrada experiência e habilidade diplomática e sua indeclinável vontade de serviço serão definitivos na tarefa de redimensionar o sentido político da Associação e imprimir o dinamismo que requer para poder responder às necessidades da integração.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Jorge Luis Ordóñez Gómez."

"Bogotá, em 7 de fevereiro de 1990. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Rubens Antonio Barbosa, Presidente do Comitê de Representantes da ALADI. Montevideú, Uruguai.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos distintos membros do Comitê de Representantes o nome do Doutor Jorge Cañete Arce, de nacionalidade paraguaia, para o cargo de Subsecretário da Associação Latino-Americana de Integração, representando os países de menor desenvolvimento econômico relativo, para o período que começa no próximo dia 20 de março.

Através do importante curriculum vitae que me permito enviar-lhe, os distintos Embaixadores poderão observar as qualidades profissionais e a ampla experiência acumulada nos trabalhos da integração, que o acreditam como uma pessoa idônea para ocupar um cargo de tanta responsabilidade.

//

//

Esperando contar com o apoio do Honrável Comitê de Representantes, com a esperança de que ambos os Subsecretários possam ser eleitos em breve e logrem poder ocupar seus cargos no próximo dia 20 de março.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Jorge Luis Ordóñez Gómez."

SECRETARIO-GERAL. De conformidade com o estabelecido no artigo segundo da Resolução 94, corresponde ao Comitê designar os Subsecretários, de acordo com a proposta do Secretário-Geral.

Nesta data foram oficializadas as candidaturas dos dois candidatos, de maneira que a Secretaria-Geral elevará à consideração do Comitê os projetos de resolução correspondentes quando for oportuno.

Particularmente, a Secretaria, Senhor Presidente, considera que seria oportuno tratar este tema na próxima sessão do Comitê de Representantes.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, gostaríamos de ter todos os elementos de juízo, como os antecedentes e curriculum vitae destes dois candidatos para poder dedicar-nos ao tratamento deste assunto.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). De quem é a nota?

SECRETARIO-GERAL. A nota propondo Jorge Cañete Arce provém do Secretário-Geral eleito.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Dirigida ao Presidente do Comitê.

SECRETARIO-GERAL. Dirigida ao Presidente do Comitê.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Se não me engano, recebi uma nota da Representação Permanente do Paraguai, e em anexo, o curriculum vitae do candidato, manifestando que é o Governo do Paraguai quem propõe Cañete Arce; certamente o faz pelo mecanismo correspondente.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Sim, sobre o mesmo tema, Senhor Presidente.

Eu fiz a pergunta porque no documento de assuntos em pauta, no ponto 2, figura como origem "Ministério das Relações Exteriores da Colômbia". Diz: "Nota de 7/II/90". E a seguir: "O Secretário-Geral Eleito, Doutor Jorge Luis Ordóñez Gómez, propõe oficialmente a candidatura do Doutor Jorge Cañete Arce para o cargo de Subsecretário da Associação".

//

SECRETARIO-GERAL. As duas coisas são certas, se o Senhor Presidente me permite.

Na nota, que provém do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, o Doutor Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral Eleito, formaliza a proposta da designação do Doutor Jorge Cañete Arce. De modo que não podíamos obviar pô-la em conhecimento de todos, o que efetivamente fez o Secretário-Geral eleito, mas em uma nota do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, não pode ser. Sugeriria que a Mesa, em consulta com a Representação da Colômbia, regularizasse o procedimento. E o Secretário eleito quem deve dirigir-se diretamente ao Presidente do Comitê para propor os Subsecretários. E não tem por que intervir para nada a Chancelaria do país do qual o Secretário eleito é cidadão.

Digo isto para evitar, em questões formais, viciar um procedimento que deve ser muito claro. Acredito que a Mesa, em consulta com a Representação da Colômbia, poderia, talvez, substituir a nota ou pedir ao Secretário eleito que a substitua.

PRESIDENTE. Entendo a preocupação do Representante do Uruguai. Vamos entrar em contato com o Secretário-Geral eleito para providenciar dessa maneira.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Senhor Presidente, no mesmo sentido, para confirmar o que a Representação da Argentina informou à Sala, que a Representação do Paraguai apresentou a candidatura do Professor, Doutor Jorge Cañete Arce, para Subsecretário deste Organismo e, evidentemente, a nota ainda não chegou à Representação da Venezuela, por motivos que nós desconhecemos.

SECRETARIO-GERAL. De qualquer forma, Senhor Presidente, se me permite, neste momento estamos distribuindo o curriculum vitae do Doutor Jorge Cañete Arce para que esteja em poder de todas as Representações.

PRESIDENTE. Com relação a esse ponto, a Secretaria-Geral sugere que seja colocado na ordem do dia da próxima semana, terça-feira, este tema, para consideração do Comitê. Creio que também valeria a pena, antes de passar adiante, ouvir um pouco a opinião do Comitê sobre esta sugestão concreta da Secretaria-Geral.

Representação do CHILE (Juan Guillermo Toro Dávila). Senhor Presidente, gostaria de fazer uma ressalva no sentido de que entendo que apresentar as candidaturas dos Subsecretários é privativo do Secretário-Geral que assumirá. E não teriam nada a ver, neste aspecto, os Governos das Representações. Aliás, devemos esperar que o Secretário-Geral nos indique quais seriam os Subsecretários que ele estaria aceitando. Isso é o que penso. Ou seja, não poderíamos, os países, começar a apresentar candidatos para Subsecretários.

//

//

SECRETARIO-GERAL. Se o Senhor Presidente me permite, os países já o fizeram. Os países formalizaram a apresentação de candidatos ao Secretário-Geral eleito. Dentre os candidatos que ele recebeu, este nos comunica, através de um procedimento de certo modo objetado, mas já recebemos uma comunicação segura das propostas que fará o Doutor Jorge Luis Ordóñez. De modo que agora o Comitê de Representantes deve decidir a esse respeito; aceitar ou não, isso é decisão do Comitê de Representantes, segundo as propostas formalizadas pelo Secretário-Geral eleito.

Ou seja, as etapas foram cumpridas. Os países apresentaram propostas ao Secretário-Geral, ele fez sua própria seleção e nos formaliza a proposta, se o Comitê de Representantes a aceita, o que poderia ocorrer na próxima reunião, essa proposta da Secretaria-Geral poderia ser formalizada. Com isto a Secretaria-Geral quer justamente ativar este procedimento e por isso sugere a próxima sessão para que os Subsecretários tenham a certeza de sua designação e proceder aos trâmites formais para poder incorporar-se em 23 de março próximo, para o qual não falta muito tempo.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, consideramos que o procedimento consistia em que o Secretário-Geral propusesse os candidatos e o Comitê os designasse textualmente segundo a resolução correspondente.

O curriculum vitae do candidato paraguaio chegou ontem a nossa Representação, mas a formalização oficial terá lugar quando recebamos da Secretaria-Geral uma comunicação. De certo modo esta formalidade está cumprida através dos assuntos em pauta, mas temos uma pequena retificação, segundo a proposta do Uruguai.

Esse curriculum vitae deverá ser, necessariamente, enviado a minha capital, que por razões de delicadeza deverá saber por quem estamos votando. Ou seja, para a próxima sessão resultaria um pouco prematuro, o que não quer dizer, tampouco, que apoiemos o adiamento para último momento. Mas, desejaria que fosse adiado para a sessão subsequente, de modo que os correspondentes Governos pudessem conhecer o curriculum vitae e apoiar essa designação.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). No mesmo sentido que o Senhor Representante do Equador.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Apoiamos a proposta do Senhor Embaixador do Uruguai para que o procedimento seja o correto.

Em segundo lugar, sobre o próprio processo da eleição, concordamos em que o tema seja visto na próxima semana.

E, em terceiro lugar, minha Representação gostaria de conhecer exatamente o procedimento que vai seguir-se na votação da próxima semana.

PRESIDENTE. O procedimento para a votação é a votação nominal, segundo a ordem estabelecida por sortelo recentemente, se alguma Representação assim pedisse.

//

Representação do BRASIL (Roberto Gasparry Torres). Desejaria pedir um esclarecimento. Por que a votação? Uma vez que é feita a indicação pelo Senhor Secretário-Geral eleito, depois de ter passado por um processo no qual ele mesmo escolheu seus assessores, digamos, no caso dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, ele teve a sua disposição uma lista tripla, de três candidatos paraguaios e se inclinou por um deles. Então quando ele fizer a indicação já estará indicando um auxiliar seu. Eu não estou, talvez seja pela falta de prática aqui, na Associação, vendo qual o intento de fazer uma votação sobre nomes que serão funcionários, que serão Subsecretários, que trabalharão com o Secretário-Geral eleito.

Gostaria, realmente de saber a razão de imaginar uma votação, quando na realidade é, simplesmente, uma questão de procedimento depois da indicação feita pelo Secretário-Geral.

PRESIDENTE. Não sei; a Secretaria-Geral poderia esclarecer o assunto. Não tenho memória disso. Nos casos anteriores, como foi feito?

SECRETARIO-GERAL. Os casos anteriores eram diferentes, Senhor Presidente. Mas, de qualquer modo, o procedimento é decidido pelo Comitê. E feita uma votação pelo estilo habitual de indicação ou uma votação nominal segundo solicitado por alguma das Representações.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, o que acontece é que a norma estabelece que a proposta deve ser aprovada pelo Comitê de Representantes. Então, não temos outro remédio que trazer a proposta do Secretário-Geral e aprová-la pelo sistema de votação e na forma, como diz o Secretário-Geral, de votação que seja decidido.

Portanto, não temos outra possibilidade que aprová-la no Comitê.

PRESIDENTE. Com relação a este tema, creio que há consenso e que a questão da indicação dos dois Subsecretários será colocada na ordem do dia dentro de duas semanas.

Se assim for o consenso do Comitê, a Secretaria-Geral será instruída para proceder dessa maneira.

Representação da COLOMBIA (Patrícia Dávila de Navas). Senhor Presidente, sugeriria que não fixássemos um prazo tão específico para a apresentação dos dois candidatos ao Comitê; quando tratemos novamente o assunto, que podemos adiantar de forma relativamente rápida, façamo-lo de acordo com as sugestões que foram feitas aqui. Porque o prazo fixo não é tão necessário.

Então, queria sugerir isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Ficaríamos em contato com as Representações para verificar se teriam instruções antes disso e a poríamos na ordem do dia antes desse período.

//

//

3) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.286).

"No. 24. Montevidéu, em 6 de fevereiro de 1990.

A Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI cumprimenta atenciosamente a Secretaria-Geral e encaminha, em anexo, cartões de autógrafos do Senhor Allan Kardec Callabona, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o qual está autorizado a firmar certificados de origem relativos às exportações destinadas a países-membros da Associação."

4) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.287).

"No. 25. Montevidéu, em 6 de fevereiro de 1990.

A Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI cumprimenta atenciosamente a Secretaria-Geral e encaminha, em anexo, cartões de autógrafos dos funcionários da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, autorizados a emitir certificados de origem relativos às exportações destinadas a países-membros da Associação, em substituição aos nomes anteriormente indicados.

5) Representação da Argentina. Concorrência pública internacional (ALADI/CR/di 237).

"No. 7/90. Montevidéu, em 25 de janeiro de 1990. A Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

A Representação Permanente da República Argentina junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda atenciosamente a Secretaria-Geral e tem o prazer de referir-se a uma concorrência pública internacional para a adjudicação, por concessão da obra pública, para a finalização de obras e exploração pelo regime de Lei Provincial 9.254 do Centro de las Artes del Espectáculo -Teatro Argentino de La Plata-.

Solicitamos a essa Secretaria-Geral a gentileza de divulgar o seguinte aviso através de suas publicações e enviar cópia do mesmo às demais Representações dos países-membros da Associação para que por seu intermédio seja possível a maior difusão em seus respectivos países.

"Concorrência pública internacional por concessão de obras públicas:

Centro de las Artes del Espectáculo -Teatro Argentino de La Plata- Provincia de Buenos Aires.

Para a finalização das obras e sua exploração pelo regime da Lei Provincial 9.254.

- Chama-se a concorrência pública internacional para a adjudicação por concessão da obra pública para a finalização das obras e exploração pelo regime da Lei Provincial 9.254 do Centro de las Artes del Espectáculo -Teatro Argentino de La Plata-.

sp

//

- Aquisição dos requisitos de concorrência: Dirección Provincial de Arquitectura de la Provincia de Buenos Aires, Departamento de Contratos y Licitaciones, Calle 7, no. 1267 (entre 58 y 59), piso 9, La Plata, Provincia de Buenos Aires. O expediente da concorrência pode ser consultado no endereço mencionado e na Casa de la Provincia de Buenos Aires, Avda. Callao, no. 237, Capital Federal.
- Preço: A 1.300.000 (um milhão e trezentos mil australes) a serem pagos mediante depósito no Banco de la Provincia de Buenos Aires, na conta no. 229/7 O/Contador General de la Provincia -Tesorero General de la Provincia-.
- Abertura dos envelopes: dia 30 de março de 1990 às 10h no Salão de Atos do Ministerio de Obras y Servicios Públicos, Calle 7, no. 1267 (entre 58 y 59), Planta Baja, La Plata, Provincia de Buenos Aires).

Qualquer consulta considerada de interesse poderá ser feita diretamente nos seguintes escritórios: Representação da Argentina junto à ALADI, Dirección Provincial de Arquitectura en el Teatro Argentino, Calle 53 (entre 9 y 10), telefone 021/211255, fax 021/32834 ou na Casa de la Provincia de Buenos Aires, Avda. Callao, 237, telefone 01/492636.

A Representação da República Argentina junto à Associação Latino-Americana de Integração renova à Secretaria-Geral os protestos de sua mais distinta consideração."

- 6) Representação do Brasil. Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o México (Acordo no. 9).

"No. 28/90. Montevideu, em 7 de fevereiro de 1990.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao dos demais países-membros do Comitê de Representantes, que a 6 do corrente, o Governo da República Federativa do Brasil subscreeu, com o Governo do México, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 9.

Desta forma, dou cumprimento ao estipulado pelo referido Protocolo e ao consignado na Resolução 30 do Comitê de Representantes, depositando na Secretaria-Geral os textos do referido documento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. (a) Rubens Antonio Barbosa, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI."

- 7) Representação do México. Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial de renegociação, subscrito com o Brasil (Acordo no. 9).

"No. 53/90. Montevideu, em 8 de fevereiro de 1990. A Sua Excelência o Senhor Contador Norberto Bertaina, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

//

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao dos demais países-membros que em 10. de fevereiro de 1990 o Governo de meu país e o Governo do Brasil subscreveram o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de alcance parcial no. 9.

Desta forma, dou cumprimento ao estipulado pela Resolução 30 do Comitê de Representantes, que regula o depósito na Secretaria-Geral do texto do mencionado instrumento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. (a) Roberto de Rosenzweig-Díaz, Embaixador, Representante Permanente."

- 8) Representação do Brasil. Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).

"No. 36. Montevideu, em 19 de fevereiro de 1990. A Sua Excelência o Senhor Contador Norberto Bertaina, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao dos demais países-membros do Comitê de Representantes, que a 9 de fevereiro de 1990, o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu com o Governo da República do Paraguai o Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados.

Desta forma, dou cumprimento ao estipulado pelo referido Protocolo e ao consignado na Resolução 30 do Comitê de Representantes, depositando na Secretaria-Geral os textos do referido documento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. (a) Rubens Antonio Barbosa, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI."

- 9) Representação do Paraguai. Décimo Segundo e Décimo Terceiro Protocolos Adicionais ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscrito com o Brasil e o Chile, respectivamente (Acordo no. 3).

"No. 4/22/90. Montevideu, em 19 de fevereiro de 1990. A Sua Excelência o Senhor Contador Norberto Bertaina, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que o Governo de meu país subscreveu com o Governo da República Federativa do Brasil o Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados no. 3, e com a República do Chile o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados no. 3, em 28 de novembro de 1989 e 2 de fevereiro de 1990, respectivamente, cujos originais se encontram depositados nessa Secretaria-Geral.

//

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Doutor Antonio Félix López Acosta, Embaixador."

- 10) Representação do Chile. Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados, subscrito com o Paraguai (Acordo no. 3).

"No. 19/90. Montevideu, em 13 de fevereiro de 1990. A Sua Excelência o Senhor Contador Norberto Bertaina, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao das demais Representações dos países-membros da Associação que o Governo do Chile subscreveu, em 2 de fevereiro, o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de abertura de mercados no. 3, com o Paraguai.

A Secretaria-Geral é depositária desses textos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. (a) Juan Guillermo Toro Dávila, Embaixador, Representante Permanente."

- 11) Estudos previstos no contexto do programa de trabalhos da Associação para 1990 (ALADI/SEC/dt 175.2/Rev. 1).

SECRETARIO-GERAL. Este é um estudo que poderia ser tratado na sessão de hoje, se os Senhores Representantes assim decidissem e nesse caso con viria incorporá-lo à ordem do dia.

Faço esta sugestão, Senhor Presidente, em virtude de que este estudo já é do conhecimento de todas as Representações.

Outra decisão que poderia tomar este Comitê de Representantes é que seja tratado em primeira instância pela Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. Tenho entendido que a idéia já foi examinada entre diversos membros do Comitê. Essa é a segunda alternativa; que esse documento seja enviado antes para a Comissão de Orçamento.

- 12) Lista de reuniões programadas pela Secretaria-Geral para 1990 (ALADI/SEC/di 345).
- 13) Calendário de reuniões empresariais setoriais para 1990 (ALADI/SEC/di 342).
- 14) Criação de um grupo de trabalho sobre transporte por água (ALADI/SEC/Pro posta 87/Rev. 1).

SECRETARIO-GERAL. Esta proposta contém um projeto de acordo para a criação do grupo de trabalho sobre transporte por água, que será analisado em sessão informal.

//

//

15) Programa de ação da ALADI em matéria de turismo (ALADI/SEC/Proposta 88).

SECRETARIO-GERAL. Esta proposta contém o programa de ação da ALADI em matéria de turismo e cuja consideração poderia ser incluída na ordem do dia da próxima quinta-feira.

Os avanços na execução desse programa deverão ser avaliados pelo grupo de trabalho do Conselho de Turismo na sua próxima sessão.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, moção de ordem. Este documento está sendo considerado como assunto em pauta. Não é assim? Agora não vamos tratar cada um dos pontos. Não? O que foi que disse a Mesa? Que passava para a Comissão de Orçamento? Todo o documento?

PRESIDENTE. O documento de estudos previstos no programa de trabalhos.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Passou para a Comissão de Orçamento?

SECRETARIO-GERAL. Sim, houve assentimento.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Obrigado, não tinha entendido bem.

PRESIDENTE. Não, eu o submeti ao Comitê e creio que houve conversações nesse aspecto e existia acordo do Comitê nesse sentido.

16) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 31/XII/1989 (ALADI/SEC/dt 4.106).

SECRETARIO-GERAL. Após a publicação do documento ALADI/SEC/di 2.146 foi recebida uma nota e foi publicado o seguinte documento:

17) Representação do Chile. Convite para participar da posse do Excelentíssimo Senhor Presidente Eleito, Patricio Aylwin Azócar.

"No. 14. Santiago, em 15 de janeiro de 1990.

O Ministério das Relações Exteriores, Direção do Cerimonial e Protocolo, saúda mui atenciosamente a Associação Latino-Americana de Integração e tem a honra de levar a seu conhecimento que, continuando com o processo democrático do país, em 14 de dezembro de 1989 foram realizadas eleições presidenciais e parlamentares. Como resultado da livre e soberana expressão do povo chileno, foi eleito Presidente Constitucional da República, o Excelentíssimo Senhor Patricio Aylwin Azócar, para o período 1990-1994.

A cerimônia da transmissão de mando presidencial de Sua Excelência, o Presidente da República, General Augusto Pinochet Ugarte para o Senhor Presidente Eleito, Patricio Aylwin Azócar, terá lugar no dia 11 de março, às 13 horas, no Edifício do Congresso Nacional, em Valparaíso.

O Ministério das Relações Exteriores faz chegar, através desta Nota, o correspondente convite para que essa Associação Latino-Americana de Integração designe uma Missão Especial que participe da Cerimônia de Transmissão de Mando.

O Ministério das Relações Exteriores informa que o número de convidados de cada Missão Especial para a Cerimônia Solene da Transmissão de Mando será de duas pessoas.

O Ministério das Relações Exteriores oportunamente fará chegar o Programa de atividades para essa ocasião.

Outrossim, fará conhecer todos os antecedentes referentes às cerimônias aludidas.

O Ministério das Relações Exteriores agradecerá que lhe fossem comunicados, o mais breve possível, os nomes dos integrantes das respectivas Missões Especiais e o número do voo e a data de chegada com a finalidade de dispor as medidas de segurança pertinentes, levando em consideração que a primeira atividade oficial terá lugar no dia 10 de março às 19 horas, por ocasião da apresentação das Credenciais a Sua Excelência, o Presidente da República, General Augusto Pinochet Ugarte.

O Ministério das Relações Exteriores, Direção do Cerimonial e Protocolo, aproveita a oportunidade para renovar à Associação Latino-Americana de Integração os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, como este é um convite para a Associação, creio que corresponde ser tratado, também, pelo Comitê de Representantes, ficando para ser tratado como assunto em pauta.

O esclarecimento feito pelo Senhor Embaixador Toro é que estaria formalizando este convite à Secretaria-Geral e ao próprio Comitê de Representantes, pelo qual a Secretaria-Geral se permite sugerir que o assunto seja tratado também na próxima sessão.

- 18) Integração do fundo para dotações especiais, criado pela Resolução 48 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Memorandum 75.11).

3. Consideração da ata correspondente à 249a. sessão.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, é considerada como APROVADA.

//

//

411

4. Convocação da décima sexta reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/SEC/Proposta 86).

PRESIDENTE. A proposta 86 contém o projeto de acordo para convocar o Conselho para os dias 5 a 7 de março próximos, em Punta del Este.

A Secretaria-Geral explicou, na última sessão, que houve consultas entre os bancos centrais de todos os países-membros e que essa data já está acordada entre as direções dos bancos centrais de todos os países.

Se não houver nenhuma observação, submete-se à consideração do Comitê a Proposta 86.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magarinos). Não, Senhor Presidente, tenho dúvidas a respeito deste tema. Porque o Conselho vai se reunir para tratar exclusivamente o relatório da décima reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários, que não se distingue pela sua riqueza em matéria de conclusões nem pelas suas orientações de progresso. Então, estamos em um novo passo absolutamente rotineiro, onde os aspectos financeiros da integração financeira da ALADI são totalmente subsidiários, tratados de passagem, digamos assim, durante um breve tempo sem que se produza, em anos, nenhum avanço sobre um tema que está inscrito em todas as agendas e programas de ação da Associação, de outros organismos regionais e dos grupos de países relacionados entre si.

Então, vamos agora ter outra reunião e creio que alguma decisão política deveria ser adotada pela Associação a este respeito.

E possível, estou pensando agora, que seja realizada no Uruguai, não por convocação expressa e por interesse nosso, que seja no país sede mas, simplesmente, por um caráter rotativo da sede das reuniões do Conselho de Política Financeira que esta vez coube ao Uruguai.

Talvez esse fato nos permita propor em forma frontal a natureza e objetivos das atividades do Conselho. Porque até o presente é um órgão auxiliar de certo modo, totalmente autônomo do outro, e às vezes enlenteceador dos programas da Associação por falta de decisões dos Senhores Presidentes dos bancos centrais.

Considero que deveríamos propor a disjuntiva de considerar finalizados os esforços em matéria de integração financeira ou marcar rumos mais claros ao Conselho de Política Financeira e Monetária, por mais que esteja integrado pelos Presidentes dos bancos centrais.

Nós, como responsáveis pelo andamento da Associação, qualificada por muitos mandatários como o Organismo específico da integração econômica, deveríamos assumir a responsabilidade de dizer aos Presidentes dos bancos centrais que necessitamos soluções para avançar em determinados aspectos.

Se não estamos dispostos a fazer isso, deixemos que prossiga a rotina e esqueçamos os programas de integração financeira. Diminuamos nosso orçamento dos custos dos trabalhos de integração financeira. Porque, de que vale fazer projetos, se depois os projetos não podem adaptar-se às políticas centralistas de nossos países? Essa foi a realidade.

vf

//

Os bancos centrais não demonstram nenhuma inclinação, até o presente, para modificar em algum sentido os convênios de créditos recíprocos, de criar alguma nova facilidade financeira para apoiar o comércio intra-regional, de constituir algum fundo que permita impulsar a integração financeira, de utilizar algum esquema monetário como o Fundo Latino-Americano de Reserva, o Peso Andino, etc., proposto e examinado reiteradamente.

Por conseguinte, creio que deveríamos chegar a uma decisão.

Quando pedi o uso da palavra foi para dizer que não estaria em condições de votar a resolução.

Praticamente estamos em 6 de março; tampouco tenho orientação alguma precisa sobre quais seriam as idéias das próximas autoridades monetárias do país a tão próxima data, após a posse do novo Presidente. Tampouco queremos ser um obstáculo, sobretudo fazendo-se a reunião no Uruguai. Acompanhariamos o projeto, votaria o projeto, mas com a ressalva de que deveríamos adotar alguma decisão: ALADI, não umas Representações no Comitê, para fixar as posições dos países, porque essas posições não refletiriam outra coisa que o que dizem os bancos centrais. Deveria ser uma posição da ALADI. A instituição ALADI tem responsabilidades comunitárias, solidárias, conjuntas; deve desenvolver certo tipo de trabalhos e para isso é mister contar com a concertação de trabalhos e decisões dos bancos centrais.

Se assim o propomos, veremos o que acontece. Devemos organizar a reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária de modo que tenhamos um diálogo mais profundo, mais temático, entre os Presidentes dos bancos centrais e a ALADI como tal, onde nós, os Representantes, se participássemos do diálogo, não atuáramos como Representantes de nossos países em um organismo auxiliar, mas como condutores da ALADI face a um organismo que depende, também, de algum modo, do Comitê de Representantes. É um problema institucional, um problema programático e institucional. Isso não quer dizer que vamos brigar, vamos ser neutrais mas, pelo menos, vamos esclarecer as idéias de qual o grau em que estamos visualizando as mesmas coisas.

Então, se se vota o projeto, o acompanho, faço esta ressalva e considero que antes da reunião de 6 de março, que é já, haveria que tomar uma posição e ver a maneira em que seria expressada essa posição; se encomendamos ao Secretário-Geral propor algo que nós dizemos aqui, para obter respostas concretas de possibilidades de ação.

PRESIDENTE. Em primeiro lugar, gostaria de recordar que essa reunião está se realizando aqui um pouco por sugestão do próprio Comitê de Representantes. E a Secretaria-Geral fez gestões para que fosse feita aqui essa reunião a partir de discussões que tivemos no Comitê. É uma ação do Comitê de Representantes que a Secretaria-Geral já concretizou.

Em segundo lugar estou certo que o Secretário-Geral Adjunto, Jaime Quijandria, vai fornecer essa informação, está prevista; e nós estamos organizando uma reunião do Comitê com os Presidentes dos bancos centrais.

Talvez, depois, a Representação do Uruguai, que levantou esse ponto, possa até contribuir com idéias concretas para a Secretaria-Geral, e outras Representações que queiram fazê-lo, para a constituição de uma agenda para

//

//
essa reunião. Mas essa é nossa intenção, junto com a Secretaria-Geral, fazer essa reunião com os Presidentes dos bancos centrais, justamente para transmitir essas preocupações.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, efetivamente, em consulta com a Presidência do Comitê e com o Presidente do Banco Central do Uruguai, tentamos procurar um espaço para fazer uma sessão formal entre o Conselho e o Comitê de Representantes. O problema fundamental é a disponibilidade de tempo e, eventualmente, vamos ter que sacrificar a própria sessão formal que normalmente se faz para tratar assuntos que, se bem não estejam detalhados na agenda já que ainda não se realizou a reunião em nível da Comissão Assessora, de qualquer modo serão operativos. A reunião da Comissão Assessora inicia-se dia 18 até dia 23 e vai tratar, fundamentalmente, a avaliação da colocação em andamento do procedimento de teleprocessamento, que felizmente foi um êxito. E realmente temos outros pontos muito operacionais.

Ou seja, isso é o que trataria normalmente o Conselho, se não se concretizasse o que felizmente já adiantamos: que é uma sessão de trabalho conjunto, utilizando o próprio espaço que cria a existência deste Conselho e fazendo com que em lugar de um trabalho de Secretaria participe o próprio Comitê.

Estamos elaborando a agenda. A verdade é que não temos muitos Presidentes de bancos com os quais coordenar a agenda. Mas, um pouco no espírito do que manifestou o Embaixador Magariños, estávamos fazendo um documento muito breve, tentando lembrar ou tentando refletir todas as iniciativas manejadas e, em alguma medida, dar uma demonstração de insatisfação perante os poucos logros atingidos e manifestar a necessidade de estabelecer algum vínculo um pouco mais permanente.

Não nos tem respondido, em definitivo, quanto a uma hora adicional das duas horas de trabalho que temos programadas. Mas fizemos saber ao Banco Central do Uruguai que não seria necessário, para nós, fazer duas sessões mas nessa mesma sessão poderíamos fazer as duas coisas. Contemplar a ata da reunião da Comissão Assessora normalmente leva de dez a quinze minutos. Portanto, as duas horas restantes poderíamos dedicá-las a esta discussão, a esta proposta do Embaixador do Uruguai, e creio que o que estaríamos fazendo provavelmente seria convocar os Representantes para essa reunião conjunta, aproveitando que a convocação já foi levada a cabo.

PRESIDENTE. Dentre a linha do que sugeriu o Senhor Representante do Uruguai pediria à Secretaria-Geral que ultimasse a elaboração dessa agenda, mesmo em termos preliminares e a encaminhasse às Representações para que, antes da reunião, as Representações tenham conhecimento dos temas que seriam suscitados e que seriam levantados na reunião com os bancos centrais.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, concordamos totalmente com seu resumo, mas solicitaríamos à Secretaria que quando antes nos fosse comunicada essa agenda, inclusive um esboço de agenda anotada para remetê-la imediatamente a nossas autoridades e que venham com conhecimento amplo do que seria tratado nessa reunião.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, simplesmente para corrigir uma omissão da Secretaria.

No Acordo sobre a convocação da décima sexta reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, a agenda teria dois pontos: o da rotina e o segundo ponto seria: "situação da cooperação monetária e financeira na ALADI", que daria lugar para que esta discussão proposta pelo Embaixador Margarinos e para a qual já foram tomadas as devidas providências pelo Comitê de Representantes e pelos Presidentes dos bancos centrais.

Realmente, a reunião estava sendo preparada como informal, mas a formalizamos e tratamos os dois pontos.

PRESIDENTE. Se não houver oposição, fica aceita essa proposta da Secretaria para a modificação da agenda do Conselho.

Assim será feito.

Bem, se não houver outra observação sobre este ponto, submeto a votação o projeto de acordo contido na Proposta 86.

Os Senhores Representantes que estiverem pela afirmativa, sirvam-se indicá-lo na forma de costume.

Vota-se: Unanimidade. Afirmativa.

Portanto, o Comitê de Representantes, APROVA o seguinte

"ACORDO 112

O COMITE de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Sua Resolução 6, de 17 de setembro de 1981; e

A proposta da Secretaria-Geral contida no documento ALADI/SEC/Proposta 86 e o relatório sobre a convocação da décima nona reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários, incluído no documento ALADI/SEC/Memorandum 81.

CONSIDERANDO Que as conclusões e recomendações da décima nona reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários devem ser apresentadas, para sua consideração, ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar o Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários para que realize sua décima sexta reunião na cidade de Punta del Este, Uruguai, de 5 a 7 de março de 1990.

SEGUNDO.- Aprovar para essa reunião a seguinte

AGENDA

1. Consideração do relatório da décima nona reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.
2. Situação da cooperação financeira e monetária no âmbito da ALADI."

//

415

5. Situação financeira da Associação.

SECRETARIO-GERAL. Como previsto em alguma reunião do ano passado, quando a Secretaria-Geral solicitou ampliar a capacidade de endividamento da Associação, em janeiro verificou-se somente o ingresso de uma parte da contribuição do ano de 1990 pelo México; temos, também, a Colômbia, que adiantou a totalidade das contribuições do ano, mas nenhum outro país fez contribuição alguma. E, por conseguinte, as sérias dificuldades pelas quais atravessa o financiamento das atividades da Associação, se vê sumamente aumentadas. A tal ponto que neste mês de fevereiro, se não houver contribuições dos países, estaríamos com um saldo de caixa negativo na ordem de US\$ 300.000. Evidentemente, para poder atender estas necessidades financeiras deveríamos recorrer a um novo limite de endividamento ou obter alguma notícia a respeito das possibilidades de ingresso das contribuições orçamentárias dos países-membros.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). Senhor Presidente, gostaria de manifestar, mais uma vez, que minha Representação está fazendo todos os esforços e cremos que realmente, em breve, vai se concretizar um pagamento, ainda não sei o montante, mas substancial, a respeito das contribuições argentinas atrasadas.

Múltiplas gestões foram feitas, tanto por mim quanto pelo Embaixador Zanola. Tivemos, recentemente, uma entrevista com o Secretário de Estado, Carriano, encarregado de assuntos latino-americanos, que tem entrevistado o Presidente da República para comunicar-lhe o problema acuciante, para que fossem acelerados os trâmites burocráticos que atrasaram o pagamento pontual. Inclusive o Secretário Bertaina fez, também, gestões pessoais com autoridades do Banco Central; inclusive lhe peço, se pudesse detalhar, se estiver de acordo, para poder tranquilizar os colegas de que esperamos, que em breve a Argentina possa fazer algum pagamento com o que se aliviaria a situação crítica em que está a ALADI que, como compreenderão, para nós é muito preocupante.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, efetivamente, de acordo com o que resolveu, oportunamente, a Secretaria-Geral também fez importantes gestões junto às autoridades na capital da Argentina, não somente junto ao Banco Central, mas junto à Secretaria da Fazenda, junto ao Subsecretário de Assuntos Latino-Americanos, Raúl Carriano, e inclusive com o Chanceler Domingo Cavallo, os quais manifestaram vontade concreta de poder cumprir neste mês de fevereiro. Não obstante, essas manifestações positivas da Representação argentina, que efetivamente ratifico, a Secretaria-Geral se vê na obrigação de dizer que existe o risco de que se não chegar em prazo a contribuição e se é substantiva, evidentemente deveria ser superior a US\$ 300.000 para que não nos vejamos nas dificuldades financeiras assinaladas para este mês de fevereiro.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, consideramos que a Associação tem uma crise e que de alguma maneira deveria fazer-se um esforço adicional para atender a regularização das contribuições atrasadas.

//

sp

// 416

Conforme nossas informações, em 31 de dezembro de 1989 os atrasos são de três milhões quatrocentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e oito dólares. Senhor Presidente, isto corresponde a atrasos de até quatro anos e é urgente fazer um esforço para regularizar este atraso.

Quanto ao exercício de 90, Senhor Presidente, é importantíssimo que os países também façamos um esforço para lograr que sejam antecipadas as contribuições correspondentes ou duodécimas, se fosse possível, pelas administrações nacionais.

Neste sentido, Senhor Presidente, consideramos que de alguma maneira, se não se procedesse, teríamos grandes dificuldades para fazer os trabalhos como manifestou a Secretaria-Geral, de fevereiro, março e da própria preparação das atividades para o Conselho de Ministros.

Senhor Presidente, reiteramos que se exorte para atender os dois aspectos: um, a regularização dos pagamentos atrasados. E dois, o esforço para cobrir as contribuições do presente exercício.

Representação da BOLÍVIA (William Cronenbold). Senhor Presidente, gostaria de informar que nossa Representação recebeu informação oficial quanto à regularização das dívidas pendentes da Bolívia no mais curto prazo possível.

SECRETARIO-GERAL. Sim, são alentadoras as notícias que temos, mas as contribuições não têm chegado. Lamentavelmente o tempo passa e se não for possível obter a concretização de alguma contribuição nos próximos dias, creio que será necessário tratar o tema novamente no Comitê de Representantes e considero oportuno fazê-lo na próxima sessão. Porque deveríamos ter a porta aberta para um incremento do endividamento na eventualidade que estas previsões não se cumpram.

Naturalmente, é mister fazê-lo porque para os efeitos de procurar o crédito, tratar e obter este novo endividamento se requer uma tramitação administrativa e uma prévia autorização do Comitê de Representantes.

De modo que a Secretaria comunicou a todos as difíceis circunstâncias que vivemos, alertando sobre a emergência do que poderia ocorrer e solicita aos Senhores Representantes que ativem as gestões não somente dos dois países dos quais recentemente recebemos uma informação positiva, mas dos outros também, porque já está passando o ano de 1990 e poderia ser que algum deles tenha as autorizações orçamentárias devidamente ajustadas como para formalizar a contribuição de parte do ano de 1990.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, creio que o assunto é perfeitamente claro. Deve-se encontrar alguma solução urgente à espera de que se realizem as contribuições.

O que escutamos são considerações mais ou menos otimistas, nada mais. Por conseguinte, penso que deveríamos incluir na ordem do dia da próxima sessão

//

//

são um projeto de autorização à Secretaria para elevar o endividamento na medida que seja necessário para cobrir as lacunas financeiras do momento e para evitar que nessa oportunidade se diga que há que passar pela Comissão de Orçamento. Sugeriria que a Secretaria submetesse à Comissão de Orçamento o projeto respectivo, que se examinassem os números para ter o assessoramento sobre o caso e que na próxima sessão, caso não haja alguma contribuição concreta, elevar o limite de endividamento na medida do necessário.

Recordo que as reticências ou as resistências para elevar o limite do endividamento na última oportunidade se basearam em que se anunciavam pagamentos para antes do final do ano. Se tivéssemos seguido essa linha teríamos tropeçado com dificuldades muito sérias de tipo financeiro porque estamos em fevereiro.

Por conseguinte, os esforços que se façam, os comentários sobre possíveis contribuições que se formulem são todos para levar em conta, mas não representam soluções concretas. Neste momento, a única solução concreta, salvo que ocorram contribuições específicas, nos próximos dias, consiste em autorizar a Secretaria para elevar o limite de endividamento e isso é o que proponho: que a Secretaria submeta à Comissão de Orçamento o que considera que deve elevar o limite de endividamento, que a Comissão de Orçamento o examine, e que na próxima sessão do Comitê se ponha o assunto na ordem do dia para aprovar o projeto respectivo com um relatório da Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. Há duas propostas apresentadas ao Comitê. Primeiro, a proposta do México para que seja feita uma exortação para as Representações presentes. E a segunda, agora, a da Representação do Uruguai, para que na próxima reunião do Comitê, prévio a um exame da Comissão de Orçamento, seja examinado o aumento do limite de endividamento da Associação.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, a situação que estamos analisando não é de caráter conjuntural nem transitório, mas converte-se em uma situação permanente nas finanças da Associação. E, como dissemos em outras oportunidades, já se transformou em uma situação característica da Associação devemos enfrentá-la como tal. Não é um problema que se solucione elevando a autorização do limite de endividamento porque, na prática, os níveis a que se está chegando são cada vez maiores porque no transcorrer dos anos, obviamente, o montante da dívida tem crescido significativamente.

Por conseguinte, creio que se deve enfrentar esta situação com política a médio prazo, que afetará tanto a despesa como buscar fórmulas práticas que permitam que os países possam concretizar suas contribuições. Ou seja, creio que se deveria fazer, talvez, um esforço no nível técnico, além do que é feito a alto nível, para exortar os países para cumprir com o pagamento de suas contribuições, de modo a enfrentar, digamos, a situação de menor ingresso real. E segundo, talvez propor alguns programas ou cronogramas de pagamentos para os atrasos que permitissem incentivar o pagamento de parte dos países. Creio que a Comissão de Orçamento poderia tentar algum tipo de mecanismo que, sem afetar a equidade quanto às contribuições que realizem os países, mas que fosse um incentivo para que dentro de determinados prazos os que comple

tassem suas contribuições pudessem ter alguns descontos de juros acumulados, etc., que pudessem ser depois homologados em nível político, se assim fosse oportuno. Mas, creio que deve ser abordado com um critério mais a longo prazo e não paliando o problema somente elevando o limite de endividamento, por que finalmente existirá uma crise que não poderá ser superada.

PRESIDENTE. A Representação do Chile trouxe uma terceira proposta que é um eventual exame de fórmulas práticas para complementar esses recursos dentro de uma visão a médio prazo.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, apoiamos a proposta do Uruguai. Cremos que o procedimento é urgente.

Não obstante, para falar de nível de endividamento, pensamos que, quando for tratado o tema na Comissão de Orçamento deverá ficar presente que atualmente é de 57 por cento. E que, de acordo com uma estimativa rápida que fizemos, ao não haver contribuições, praticamente iríamos para 64 por cento. Portanto, Senhor Presidente, cremos que esta é uma verdadeira situação crítica orçamentária, uma vez que a norma que previmos na Resolução 109 é de 30 por cento do nível de endividamento.

Senhor Presidente, cremos que o manejo de uma possível elevação para resolver o problema atual deveria estar acompanhado pelo menos de um esforço dos países com atrasos em suas contribuições de alguma comunicação que permitisse dar a conhecer ao Comitê de Representantes pelo menos um calendário, uma data, contendo contribuições parciais, etc., que permitisse justificar a elevação do limite do nível de endividamento.

Senhor Presidente, cremos que é um elemento importantíssimo esse esforço dos países com atrasos.

Representação do BRASIL (Roberto Gaspary Torres). Senhor Presidente, vou coincidir inteiramente nós com o que diz o Senhor Representante do Uruguai no sentido de que devemos tomar uma solução pragmática para um problema concreto que vive a Secretaria-Geral. Ou seja, na próxima semana, depois de passado o assunto pela Comissão de Orçamento, o Comitê de Representantes passará então a avaliar a possibilidade de incremento da margem de endividamento.

Mas eu faria uma sugestão adicional. No mesmo acordo, na mesma resolução que aprovar o novo limite de endividamento, que se encomende à Comissão de Orçamento, com um prazo de trinta dias, a apresentação de planos alternativos ou medidas que possam vir a complementar o orçamento corrente da Associação.

A Associação, é uma associação de caráter governamental. Mas, eu creio que nós deveríamos ter em mente as dificuldades que os nossos estados nacionais vivem e procurar caminhos, talvez, não ortodoxos para encontrar uma solução.

Assim haveria um casamento entre a concessão do limite de endividamento com o mandato específico para a Comissão de Orçamento proposto pelo Comitê de Representantes, para que, em um marco de no máximo trinta dias, apresente

//

//

soluções alternativas. E se não houver soluções alternativas, faremos mais uma vez o caminho de sempre ou seja exortar os países que devem para que cumpram com suas obrigações.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, simplesmente quero manifestar que a Resolução 109 que aprovamos no ano passado, em seu capítulo sobre normas gerais sobre orçamento, introduz uma cláusula transitória onde se estabelece que o mais tardar em 31 de março de 1990 o Comitê de Representantes deverá considerar um novo aumento de cálculo de custos e créditos financeiros que contemplem o adiantamento da contribuição dos países-membros.

Desejaria chamar a atenção para essa cláusula transitória porque penso que devemos cumpri-la e nesse sentido sugeriria que a Secretaria-Geral elaborasse um projeto que pudéssemos considerar para dar cumprimento a essa cláusula que incluímos na Resolução do orçamento do ano passado.

PRESIDENTE. Creio que foi muito útil esta discussão; não obstante, não vejo necessidade de prolongá-la. Todos estamos sensibilizados a respeito das dificuldades da Associação com o atraso no pagamento das quotas.

Em resumo, eu gostaria -aceitando diversas sugestões feitas por algumas Representações- fazer uma exortação aos Representantes dos países aqui presentes em duas linhas. Em primeiro lugar, uma exortação aos países que estão com os pagamentos atrasados para que transmitam o pedido feito agora pela Presidência do Comitê para que seja encontrada uma fórmula, no mais curto prazo possível, para contornar essa dificuldade.

Creio que a idéia que foi mencionada aqui talvez seja boa. Os países que estão com esses atrasos, se fosse possível, apresentem um cronograma para que a Secretaria pudesse se orientar. Essa é a primeira exortação que faço.

A segunda é para que os países nós todos, aqueles que ainda não pagaram parte ou a totalidade das quotas para este ano de 1990 que transmitamos às nossas autoridades a necessidade de acelerar os trâmites para o pagamento o mais rápido possível das quotas deste ano.

Em terceiro lugar, queria também dizer que essa situação é preocupante e, como mencionou o Senhor Representante do México, poderá ter impacto, uma consequência negativa, sobre os preparativos da Reunião do Conselho de Ministros.

Quanto às outras duas sugestões, creio que há consenso em que a Secretaria-Geral submeta à Comissão de Orçamento uma proposta para o aumento do limite de endividamento da Associação para discussão no Comitê. E também creio que se poderia, acolhendo outra sugestão feita, solicitar à Comissão de Orçamento que examine alternativas complementares para dentro de trinta dias sugerir fórmulas práticas que complementem o orçamento da Associação.

Creio que com essas medidas atendemos a preocupação imediata a curto prazo. Mas, de qualquer maneira, como foi também aqui acentuado, resta o problema de médio prazo. Como implementar o programa, como querer dar um outro

//

//

420

papel à ALADI, aumentar a imagem da ALADI com esta situação. Realmente, é muito difícil. E, nesse sentido, a exortação a cada um dos países se torna mais importante.

Então, se houver consenso do Comitê, a Secretaria-Geral então prepararia este documento para encaminhá-lo diretamente à Comissão de Orçamento para que em uma próxima reunião o examine e na próxima reunião da semana que vem do Comitê de Representantes esse assunto seja examinado.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, como o México fez um cálculo de aproximadamente 64 por cento, desejaria con sultar-lhe se no mesmo incluiu dentro das possíveis despesas que há para o próximo mês o que diz respeito à incorporação da cúpula da Secretaria.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Não, nossa ponderação foi "a grosso modo", Senhor Presidente; não entramos em detalhes. Pensamos que ao incorporar-se a cúpula, poderia ser maior a percentagem de endividamento.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, a informação que tem o México é correta. Em fevereiro não se prevê as despesas da incorporação da cúpula nem a saída da presente, senão no mês de março. No mês de março se as despesas forem superiores às do mês de fevereiro e conseqüentemente a esse 7 por cento adicional, se seguimos na mesma linha, haverá que prever outro 8 por cento para o mês de março ou 9 por cento -não lembro exatamente-, mas na realidade não estão previstas para fevereiro as despesas que serão feitas no mês de março.

PRESIDENTE. Se não houver mais nenhum comentário, fica encerrada a discussão sobre este ponto e, a Secretaria-Geral, instruída a agir da maneira que foi proposta.

6. Convocação e agenda da Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, já está na pasta dos Senhores Representantes o documento mediante o qual a Secretaria está propondo a agenda e solicitou-lhe a autorização para que o Diretor do Departamento de Programa ção explique esta Proposta 89, essa agenda anotada.

SECRETARIA (Juan Vacchino). Senhor Presidente, na reunião anterior manifestamos que, de acordo com a presidência do Comitê, elaboramos uma primeira agenda da Quinta Reunião do Conselho de Ministros com temas muito gerais; não obstante, recolhiam, por um lado, o que havia sido preocupação das Representações durante os meses de discussão da Quarta Reunião do Conselho de Ministros e era suficientemente flexível como para poder incorporar todos os aspectos e subtemas que eles pudessem referir-se.

Nessa reunião concordou-se também na necessidade de que contássemos para hoje com uma agenda anotada, uma agenda onde especificássemos esses pontos.

Esta agenda anotada, então, responde à proposta geral; mantém a mesma ordem do dia; refere-se primeiro aos temas gerais. Ou seja: "O papel da ALADI

//

//

no processo de integração da América Latina". Sobre isto estamos pensando em um documento que teria como base o papel branco 310/Rev. 4, ao qual incorporaríamos algumas modificações em uma versão revisada, de acordo com o que fosse discutido no próprio Comitê.

Muito relacionado com o que poderia ser o papel da ALADI no processo de integração e que está referido, como disse recentemente o Senhor Representante do Uruguai, a reiteradas manifestações no mais alto nível por muitos Presidentes dos países-membros sobre fazer da ALADI o Organismo operacional por excelência no campo da integração, estaria a definição dos "Delineamentos para as atividades da Associação no triênio 1990-1993".

Neste sentido, a Secretaria apresentará um projeto de resolução que se basearia, como antecedente, com as devidas modificações, no papel branco 300.

Em um campo mais operacional definimos, na primeira agenda, a existência de três áreas dentro das quais se percebia a existência de condições propícias para optar por decisões ou propor temas que chegassem até o Conselho de Ministros.

Eles se referem a "Comércio", "Transporte" e "Complementação econômica". Neste terreno, quanto a "Comércio", segue-se, no essencial, a Declaração de Buenos Aires, do Grupo dos Oito que, como foi dito aqui, já não era mais a Declaração de Buenos Aires porque havia sido recolhida por todas as Representações. E incluiu-se nessa temática os diferentes papéis brancos preparados a propósito da Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Neste sentido parece-me que se impõe uma tarefa de esclarecimento de quais seriam aqueles temas que deveriam preparar e em que condições.

Quanto a "Transporte", a Secretaria apresentará uma proposta relacionada com a possibilidade de gerar um sistema integrado de transporte regional.

Quanto a "Complementação econômica", a Secretaria elaborará um projeto de resolução que contenha as bases para estruturar um acordo-marco em matéria de complementação industrial e agroindustrial.

O outro tema que havíamos incluído na primeira agenda era o da "Rodada de Negociações comerciais". Sobre este aspecto chamo a atenção dos Senhores Representantes para a necessidade de que o Comitê de Representantes decida, adote, esclareça, sobre a natureza, alcance e oportunidade de fazer, tanto a reunião de responsáveis pelo comércio exterior como a Primeira Rodada de Negociações Comerciais.

Isto estava sugerido em uma proposta inicial da Representação do México, mas é evidente que para que a Secretaria possa atacar o problema da agenda anotada, necessita-se, previamente, dar o marco político através da definição da natureza e alcance dessa Rodada de Negociações, incluída na Declaração de Buenos Aires.

//

// 422

Neste caso somente caberia informar o Conselho sobre os progressos que se pudesse alcançar na matéria, no que estariam vinculados a uma atividade que se realizaria no final do primeiro semestre e durante todo o semestre seguinte.

Outro ponto da agenda era o "Financiamento da integração". Nesse sentido, o que se disse ao tratar a convocação do Conselho vale para as propostas que a Secretaria formularia, ou seja, tratar-se-ia de ver como se substancia esta ação em matéria de financiamento à integração.

Finalmente, quanto ao último ponto, "Ajustamentos nos mecanismos previstos no Tratado de Montevideu 1980 para os países de menor desenvolvimento econômico relativo e iniciação e expansão de atividades produtivas em seu benefício", como os Senhores sabem, há negociados, em primeira instância, dois projetos, papéis brancos 312/Rev. 1 e 316/Rev. 2, que se encontram em consulta e que formariam a parte inicial deste tema.

Desta maneira, a Secretaria considera haver respondido às preocupações concernentes ao conteúdo da agenda.

E como complemento à mesma agenda anotada, por sugestão de algumas Representações, a Secretaria permitiu-se enviar o que poderia ser uma espécie de cronograma no tratamento dos temas, começando por aqueles que estão mais maduros, especificamente o relacionado com comércio, nos quais existe um conjunto de papéis brancos que deveriam ser matéria de decisão pelo Comitê de Representantes.

Eles poderiam ocupar-nos as sessões de 20 a 28 de fevereiro, digo 28 e não 27 pela simples razão de que é terça-feira de carnaval. E durante o mês de março seriam tratados os outros temas em um todo de acordo com o primeiro cronograma proposto pela Presidência do Comitê para cumprir com as tarefas preparatórias do Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. O Comitê, então, está de posse desse documento ALADI/SEC/Proposta 89 e mais o Adendo 1, do tratamento dos temas sobre a questão do cronograma. Com este papel cumprimos também com o primeiro item do programa de trabalhos que temos estabelecido, que é a apresentação pela Secretaria-Geral da primeira agenda anotada.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, em seu momento desejaríamos conhecer as reações que as Representações possam ter sobre as consultas feitas às capitais sobre a data da Quinta Reunião do Conselho de Ministros e sobre a sede.

Senhor Presidente, passando ao tema da documentação básica, agradecemos à Secretaria-Geral os elementos de juízo que agora nos está fornecendo.

Queremos sugerir, recomendar, se houver consenso na Mesa, que estes documentos a que fez referência a Secretaria-Geral fossem tratados na reunião do Comitê de Representantes da próxima quinta-feira, em virtude de que temos algumas considerações e preocupações.

A primeira imediata, para que a Secretaria a conheça, é que o documento ao tratar os temas referentes ao ponto 6 que aparece na página 2, "Medidas concretas para aprofundar o processo de integração", e se inicia como o 6.1 "Comércio"; Senhor Presidente, primeiro, os documentos que vieram sendo tra

//

//

tados, vieram sendo examinados e não negociados. Pediria à Secretaria que mudasse o conceito quando se refere a todos os documentos que aparecem nas diversas menções dos temas específicos. Vieram sendo examinados e não negociados. Porque o processo de negociação implicaria já ter feito transações. E na verdade os examinamos e os enviamos às capitais.

O outro aspecto, Senhor Presidente, é que com este enfoque da Secretaria-Geral, por exemplo no tema da "Eliminação das restrições não-tarifárias", tem razão a Secretaria quando diz que resgataram com este procedimento o tema da Declaração de Buenos Aires sobre este aspecto. É correto isso. O que ocorre aqui, Senhor Presidente, é que com o que já acordamos em reuniões anteriores, as ações da Declaração de Buenos Aires serão aprovadas antes de 10. de abril, e de acordo com este procedimento que aparece no documento estarão sendo enviados os projetos de resolução para serem aprovados pelo Conselho em 26 e 27 de abril. Ou seja, não damos cumprimento, Senhor Presidente, ao emanado na Declaração de Buenos Aires.

Isto é, primeiro haverá que aprovar estes documentos antes de 10. de abril e daí informar à reunião ministerial do México em 29 e 30 de março, como cumprimento na ALADI dessas ações emanadas da Declaração de Buenos Aires e, segundo, informar à Quinta Reunião do Conselho de Ministros que adotamos essas ações no tema das restrições não-tarifárias.

Indo mais a fundo, se esse procedimento é correto, Senhor Presidente, para aprofundar o processo de integração é necessário que a Secretaria forneça ao Conselho novas ações para avançar na temática. Porque até a realização do Conselho de Ministros estaremos informando que cumprimos, primeiro, com a eliminação das restrições não-tarifárias, segundo, com a preservação do statu quo; terceiro, com a ampliação da preferência tarifária regional e com a redução da lista de exceções; quarto, estaremos informando sobre a culminação do processo de subscrição dos Acordos Regionais de preços de referência e trâmites de importação; e quinto aprovamos o procedimento para preservar o cumprimento dos compromissos assumidos.

Estas ações, Senhor Presidente, para o momento da reunião do Conselho de Ministros, já são resultados; já deveriam estar adotadas, e postas em vigor antes de 10. de abril. Por isso nos preocupa que todas estas ações, como resultado é perfeito, se diz ao Conselho de Ministros "Fizemos tudo isto para aprofundar o processo". Mas, daí necessitamos um esforço adicional para proporcionar-lhe algo para prosseguir avançando na área comercial.

Essa é uma das preocupações que temos, Senhor Presidente. E como isso desejaríamos tratar outros aspectos nessa reunião da próxima quinta-feira.

Representação do CHILE (Juan Guillermo Toro Dávila). Senhor Presidente, estamos de acordo com o que manifestou a Representação do México. E, em geral, concordamos com o projeto de resolução da agenda dos Ministros. cremos que deveriam ser mais específicos os pontos que estão tratados aqui, tal como se fez na agenda proposta para o ano passado; para apresentar aos Ministros havia uma maior especificação do conteúdo dos pontos. E nos interessa especialmente o ponto 7, ao qual se referia a Representação do México, e especial

// 424

mente na parte "Comércio" foram detalhados os pontos indicados na agenda anotada. Não apenas a palavra "comércio", senão que se colocasse também, por exemplo, "a eliminação de restrições não-tarifárias", a "preservação do statu quo, ampliação da preferência tarifária", "Acordo regional concernente à utilização", "Acordo Regional relativo aos procedimentos para os trâmites". Ou seja, todos os pontos considerados na agenda anotada, o conteúdo deles ficasse colocado como mínimo no ponto "Comércio". Porque cremos que é muito interessante que os Ministros que recebem este esquema da agenda saibam exatamente quais serão os pontos que tratarão aqui. E, como dizia a Representação do México, é uma forma de poder aprofundar mais nestes pontos que são de muita importância para nós.

Representação do BRASIL (Roberto Gasparry Torres). Senhor Presidente, apoiamos também a sugestão da Representação do México no sentido de que os documentos distribuídos hoje sejam melhor examinados na próxima reunião do Comitê, quinta-feira, uma vez que vários pontos merecem cuidadosa atenção.

E, parece-nos muito interessante o aspecto que ele mencionou; por exemplo, a Secretaria coloca o projeto como negociado e a verdade é que não foi negociado; foi examinado de maneira preliminar e está em consideração nas capitais. Portanto, é um rigor tecnológico importante para nós.

Quanto à uma pergunta que ele faz sobre local e data, devo informar novamente que nossas instruções são no sentido de aceitar a data proposta; ou seja, 26 e 27 de abril na cidade de Montevidéu, como havia sido mencionado aqui no Comitê.

E aqui há um terceiro ponto também e aí me permito discordar dele, é no sentido de que devemos cuidar de não misturar a agenda da ALADI com a agenda do Grupo dos Oito. Na realidade, o Grupo dos Oito tem sua agenda econômica e a trata, como ele bem vê, dentro de sua órbita política. A ALADI tem sua própria agenda de trabalho. Quando há uma confluência, felizmente aparece, é para aproveitar a oportunidade. Mas não façamos que a ALADI fique respondendo aos Ministros do Grupo dos Oito. Isso não tem nada a ver. São instâncias diferentes. Evidentemente, o aprofundamento da integração na ALADI é função dos onze países-membros da Associação.

De tal maneira, então, que se a ALADI tiver que tomar alguma atitude em relação com o Grupo dos Oito, será informar a atuação em outras áreas, além dessas tradicionais que se referem à parte comercial.

Representação da BOLÍVIA (María Cecilia Moreno Velasco). Senhor Presidente, em primeiro lugar, queremos agradecer à Secretaria a apresentação dos documentos Proposta 89 e Add. 1. Consideramos que são muito claros e nos permitem ter uma informação adequada sobre o que recolhe a agenda.

Como aqui foram manifestadas algumas opiniões em termos gerais sobre a agenda, desejaríamos manifestar que para a Representação da Bolívia é muito importante resgatar neste tratamento dos temas da agenda a incorporação do ponto que estava previsto na agenda anterior sobre "Estado de cumprimento das decisões provenientes da Terceira Reunião do Conselho de Ministros e da Segunda Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível".

//

425

//

Entendemos que haverá maior debate sobre este tema da agenda na reunião informal do Comitê, mas queremos manifestar que é nossa intenção incorporar a esta agenda esse ponto específico.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, talvez eu tenha que fazer alguma observação ou alcance complementar ao documento apresentado pela Secretaria nos aspectos temáticos.

Por exemplo, não lembro bem em que está a consideração do tema, mas me parece que esta apresentação tem pouca referência com a agricultura. Na parte de complementação econômica se faz menção à agroindústria, mas não à agricultura e tínhamos alguns assuntos pendentes. Por exemplo, o das sementes, o acordo das sementes certificadas.

Não lembro se em seus trâmites correspondia ser aprovado pelo Comitê de Representantes ou não. Ou se deveria ser passado também para o Conselho de Ministros.

De qualquer modo, embora fosse no Comitê de Representantes, creio que a orientação mais construtiva seria examiná-lo no Comitê, aprovar ou não o projeto de que se tratar, caso seja aprovado qualquer projeto, comunicá-lo ao Conselho de Ministros para que expresse sua satisfação pelo progresso da integração e caso não seja aprovado para que os Ministros resolvam se efetivamente fica sem ser aprovado porque não há concordância política na matéria.

Creio que deveríamos levar em conta esse ponto.

Depois há possibilidade de enviar ao Conselho de Ministros algum aspecto institucional ao qual fizemos referência em sessões anteriores.

A experiência nos está demonstrando que a falta de coordenação entre os serviços nacionais é bastante grande e que isso incide negativamente nos trabalhos da Associação. Ministros de um ramo que de repente começam a trabalhar em algum tema que estaria compreendido no âmbito de atividades da Associação e que chegam, inclusive, a acordos preliminares que depois apresentam problemas de formulação, como algum que temos neste momento sobre a Mesa.

Eu havia sugerido a possibilidade de que fosse analisada uma reestruturação do Conselho de Ministros, visando permitir a ação setorial de outros Ministros no mesmo âmbito institucional, se é que estamos dispostos a que a ALADI assuma um papel preponderante em matéria de integração, não creio que isso possa ser feito sem que participem ativamente no âmbito da Associação os responsáveis pelas diferentes áreas que estejam compreendidas por trabalhos.

Creio, então, que deveríamos considerar esse ponto porque é especificamente um dos que têm mais diretamente a ver com as funções do Conselho de Ministros. E tem aspectos de política geral que são os Ministros os que devem decidir.

E há um ponto, Senhor Presidente, que pelo menos deveríamos pensar. É o que se refere às políticas tarifárias que estão desenvolvendo nossos países no momento atual, sua incidência sobre os acordos que vigoram na Associação e sua vinculação com a Rodada Uruguai do GATT.

// 426

Se seguirmos desprevenidos possivelmente nos encontraremos com uma situação totalmente diferente dentro de uns meses -menos de um ano- da que temos atualmente.

Ou seja, nossos países estão seguindo coordenadamente uma política de racionalização tarifária tendente à baixa dos níveis tarifários existentes anteriormente. Se se seguisse esse processo na forma em que está sendo iniciado, aquele exemplo esotérico de uma América Latina coberta por proteções tarifárias quantum enormes, passaria a ser algo parecido ao que ocorre em outras partes do mundo, inclusive desenvolvido.

Nossos países estão tendendo a tarifas de níveis mais ou menos baixas em consideração aos atualmente em vigor.

Praticamente todos estão fazendo isto. Obviamente, isso tem uma incidência natural sobre as margens de preferência resultantes das negociações pactuadas até este momento.

Mas, no grupo de negociações tarifárias da Rodada Uruguai já se entrou nestes dias a manejar fórmulas genéricas. Parece romper-se um pouco o desequilíbrio que havia anteriormente quanto às propostas que poderiam ser levadas adiante em favor de algum mecanismo médio geral, sem que isso descarte totalmente a apresentação de listas de interesse e de oferta relacionadas com produtos específicos.

Anda circulando uma fórmula que representaria uma redução tarifária média bastante alta, de um máximo de 38 por cento mas não menor de 32, ou algo parecido.

Nossos países resistiram-se, até este momento, a entrar decididamente nessa negociação tarifária, mas já estamos na última etapa. E creio que o menos que poderíamos fazer neste aspecto tarifário, dado que a coordenação em Genebra não é muito efetiva nesta matéria, é que olhemos esse fenômeno em relação com seus efeitos sobre a ALADI. Porque também isso poderá erodir as preferências de que desfrutam nossos países reciprocamente neste âmbito.

Obviamente, não se trata de substituir uma eventual, embora inexistente, tarefa de coordenação em matéria de políticas tarifárias da Rodada Uruguai de nossos Embaixadores em Genebra. Mas sim, pelo menos, de considerar o que especificamente tem a ver com a Associação. E creio que tudo isso da negociação tarifária tem a ver, fundamentalmente, com os instrumentos da ALADI.

Pergunto-me, então, se pelo menos não teríamos que refletir; se não seria conveniente trocar impressões no Conselho de Ministros sobre esses efeitos da Rodada Uruguai antes de que seja tarde.

A experiência das negociações do GATT é que a América Latina chegou sempre tarde e, portanto, saiu-se sempre mal. Pelo menos nesta oportunidade poderíamos ver mais ou menos que é o que ocorrerá antes, se o Conselho de Ministros se realizasse no mês de abril, de que se entre no Comitê de negociações para que nossos países apresentem suas opções ou suas propostas. Porque agora, do que se trata, o que está sendo pedido em cada um dos países que participam de negociações tarifárias, é que apresentem a forma em que atenderiam a aplicação dessa fórmula genérica, enumerando os produtos e explicando qual seria o resultado.

//

//

Não creio que muitos de nossos países o farão, também estão atrasados na prática, em matéria de fornecimento de informações, mas farão cada um por sua conta. Não digo que faremos coordenadamente porque não será possível tam pouco; mas pelo menos acho que para fortalecer o papel da ALADI e para fazer prevaler certos interesses que possam estar em jogo neste circuito da Asso ciação, o menos que poderia ser feito em um Conselho de Ministros é levar em consideração esse tipo de fenômenos para apreciar sua transcendência e sua gravitação.

Se assim fosse, se o Comitê decidisse incluir na agenda algum ponto para um intercâmbio de informações e opiniões na matéria, obviamente que haveria que ter alguma informação mais ou menos concreta do respectivo processo em Genebra. Digo isto para que, em todo caso, a Secretaria vá tratando de encon trar a via de acesso a certo tipo de informação. E não confrontar depois com a necessidade de fazer um trabalho rapidamente para atender as exigências do Conselho de Ministros.

Não é muito o que há que fazer. O que há que fazer é ter uma idéia mais ou menos clara de quais são as opiniões prevalentes, qual é a tendência negociadora que prevalerá. Tenho a impressão de que será essa a negociação básica genérica e de apreciar mais ou menos, por alto, quais seriam os efeit os correspondentes.

Assim que quando tivermos a configuração da agenda, creio que alguns desses pontos teríamos que pôr, se é que efetivamente faremos o esforço de sair deste âmbito comercialista interno para abordar outros aspectos mais gerais.

Outro ponto que talvez poderia ser objeto de consideração no Conselho de Ministros é o que se refere à integração cultural.

A integração cultural tem dois aspectos básicos: um, no que diz respeito à circulação de bens e pessoas. E isso está bastante inserto na mecânica da ALADI. E o outro aspecto é o que diz respeito aos programas conjuntos de di vulgação, promoção cultural, intercâmbio cultural, etc., que geralmente se move mais em função de outras atividades.

Mas, os Ministros de Cultura se reuniram e lançaram uma declaração bag tante ambiciosa que tem a ver com o que se faz na ALADI. E nós temos o Acordo de bens culturais. Esse Acordo de bens culturais, que é de alcance parcial e foi subscrito pelos integrantes do Grupo dos Oito, pelos sete países inte grantes do Grupo dos Oito, despertou interesse em algum dos países-membros e em países latino-americanos não membros.

Pareceria que não estaria mal que na Reunião do Conselho de Ministros os sete Ministros cujos países subscreveram o Acordo conversassem com seus colegas para convidá-los a incorporar-se diretamente a esse mecanismo e para considerar as eventuais adesões de outros países.

Assim que também é um tema sobre o qual poderíamos refletir para ir fa zendo com que os Conselhos de Ministros se ocupem, embora seja a princípio tangencialmente e depois em forma mais profunda, de uma série de setores que até agora ficaram praticamente fora de sua esfera de ação por impossibilidade prática de tratá-los.

// 428

Essa é a maneira pragmática de que a ALADI assuma o papel que tanto lhe é atribuído, mas que é tão difícil de levar à prática.

Sugiro então que a Secretaria recolha estes pontos e veja se se pode ir elaborando algum princípio de ação para estes temas.

PRESIDENTE. Agradeço ao Senhor Representante do Uruguai esses comentários e creio que de alguma maneira, como foi a primeira intervenção substantiva nos tenhamos que fixar um critério.

A Presidência distribuiu um programa de trabalho com um critério a respeito da inclusão de novos temas. A idéia era partir da base que já está distribuída e incorporada no projeto de agenda. E a idéia seria limitar-se a esses temas.

Agora, para a inclusão de outros temas, algum dos quais creio que a maioria das Representações poderão apoiar, nós tínhamos fixado um critério e eu entendo como não houve nenhuma observação, que o Comitê está de acordo com esse critério.

De qualquer maneira, a Presidência vai tomar a menos que haja uma posição contrária do Comitê como critério os delineamentos que foram apresentados.

Quer dizer, um tema novo para ser incluído, necessita de, pelo menos, o apoio de seis Representações. Porque se nós deixamos em aberto os temas, nós vamos ter cada Representação apresentando alguns temas e assim vamos repetir o trabalho do Terceiro Conselho.

Creio que os quatro pontos mencionados pelo Senhor Representante do Uruguai são da maior importância.

A questão do aspecto institucional, creio que poderia ser examinada. É um assunto que interessa a todas as Representações. É uma questão política e seria oportuno que as outras Representações se manifestassem sobre esses pontos para ver se temos essa maioria.

A questão da integração cultural, nós temos um acordo em vigor; é outro tema muito importante.

A questão da influência, do impacto das negociações no âmbito do GATT sobre os trabalhos da ALADI, na semana passada tive oportunidade de prestar essa informação ao Comitê, da evolução dos trabalhos em Genebra.

E tínhamos pedido à Secretaria-Geral que buscasse informações e as apresentasse ao Comitê.

Ora, a intervenção do Senhor Representante do Uruguai reforça essa solicitação e nós reiteramos à Secretaria-Geral a importância de ter elementos para isso.

E outro tema que o Embaixador Magariños mencionou, a questão da agricultura, nós todos sabemos das dificuldades que esse tema enfrenta aqui, no âmbito da ALADI, especialmente essa questão do Acordo sobre sementes. Estou informado de que nem todas as Representações estariam preparadas para acompanhar este tema.

//

//

429

De qualquer maneira, a menos que o Comitê decida de outra maneira, a Presidência vai proceder a consultas para verificar se há apoio para esses temas. E daqui para frente também procederemos dessa maneira. Senão vai ficar muito difícil nós termos uma agenda definida em tempo hábil para o Conselho de Ministros.

De qualquer maneira, esses quatro ficam em consulta e veremos se há condições de serem incluídos nos trabalhos do Comitê.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, recolhendo parte das expressões do Senhor Representante do Uruguai, bem como o manifestado pela Representante da Bolívia, pensamos que esta agenda anotada que foi feita pela Secretaria com base nas atribuições que são conferidas pelo Tratado nos constitui uma agenda limitativa ou limitada.

Já foi dito em Sala que há aspectos contidos desde o ano passado que não estão incorporados a esta agenda anotada.

O Embaixador Magariños fala de outros aspectos também que não estão contidos.

Agradecemos também a preocupação da Presidência por elaborar uns critérios que, no caso de nosso país os consideramos como critérios, mas os mesmos, até este momento, não constituem pautas para a conformação dos trabalhos que devem ser elevados ao Conselho de Ministros.

Creemos, e assim anotamos, que há temas que têm ou teriam cabimento no âmbito da próxima Reunião do Conselho de Ministros.

Por exemplo, posso mencionar, e dizia o Senhor Representante do Uruguai, o aspecto que diz respeito ao GATT quanto a que haveria uma proposta de redução de tarifas da ordem de 38 ou 32 por cento. Com isto, um dos temas que está anotado aqui se relaciona com a preferência tarifária regional, isto viria ser praticamente nada.

Temas como o PREC foram totalmente apagados do cenário da agenda.

Manifestamos nossa preocupação nesse sentido.

Gostaríamos de que fosse considerado, e assim proporemos na próxima reunião, a necessidade de incluir mais alguns temas que a Secretaria no âmbito de suas faculdades não os considerou aqui; se bem há um conjunto de temas que deve levar-se em conta e que dizem respeito ao que se diz aqui de "Medidas concretas para aprofundar o processo de integração".

Assim que consideramos que esta agenda anotada está bem conformada pela Secretaria, mas que, em todo caso, ainda lhe falta por contemplar aspectos que consideramos de importância.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, consideramos e apreciamos o esforço da Secretaria. Creio que interpretou corretamente as observações feitas na sessão anterior no sentido de resgatar todos

//

sp

aqueles temas que foram motivo de árdua consideração e de um considerável tempo em nossas deliberações. Cremos que seja uma agenda anotada importante e que constitui uma boa base de negociação para a conformação da agenda definitiva.

Cremos que evidentemente não deve ser tão extensa. Deve ser motivo de negociação e reduzir os pontos a aqueles que especificamente devem ser matéria de Conselho de Ministros, que não pode estender-se nem diluir-se em uma agenda amplíssima que finalmente é totalmente ineficiente e inadequada.

Vou fazer certos comentários, muito breves, de caráter geral. E, por exemplo, no ponto 4, "O papel da ALADI no processo de integração da América Latina", consideramos que deve estar acompanhado de uma avaliação do que foi feito pela ALADI. Acredito que isto já foi discutido no ano passado porque não se poderia enfocar o papel da ALADI se não avaliamos seu funcionamento até o momento.

Creio que a história da ALADI e seu papel devem estar intimamente vinculados, que é um ponto que devemos levar em consideração para que este aspecto seja adequadamente considerado.

Mas, consideramos que não devemos ser apenas retóricos. O próximo Conselho de Ministros deve ser um Conselho que impulse a Associação. E não podemos desvincular tampouco o papel da ALADI com algo que falamos recentemente: o tema financeiro.

Se a ALADI não pode sobreviver e se a Secretaria está solicitando permanentemente um incremento de endividamento, considero básico o aspecto financeiro para que o papel da ALADI seja verdadeiramente protagônico. E um motivo de preocupação que não consta na agenda, mas deve constar na consciência de todos os países-membros.

Em outra ordem de coisas, Senhor Presidente, no ponto 6.2.1 observamos que se fala com muita insistência da "Preservação do statu quo em aspectos como a lista de abertura de mercados".

Desejaria precisar, a partir deste momento, que não corresponde falar de statu quo nas listas de abertura de mercados. As restrições devem ter sido eliminadas de maneira total e imediata. É uma precisão que deve ficar clara para apurar esta agenda anotada.

Do mesmo modo, temos observado que aqui são invocadas declarações e instrumentos não compromissivos dos onze países-membros. Acredito que o Senhor Representante do Brasil já fez algum adiantamento sobre o tema e pediria que somente fossem invocados em documentos da ALADI instrumentos compromissivos dos onze países-membros e que incumbem a todos nós, sem prejuízo de que cada país invoque unilateralmente no momento preciso.

Desejaria também manifestar que há outros aspectos que podem ser tratados pelo Comitê de Representantes. Por exemplo, considero que o ponto 5.1.6 mereceu amplo apoio. E poderíamos, também, considerar a possibilidade de que este tema fosse tratado pelo Comitê de Representantes para não aumentar o tamanho da agenda do Conselho de Ministros.

//

431

O mesmo acontece com o ponto 7, "Rodada de negociações comerciais". Implicitamente, aqui também se menciona que poderia ser tema do Comitê de Representantes.

Parece-me muito adequada a opinião do Senhor Representante do Uruguai de que o tema cultural, em nosso entender, deva ter adequada consideração e atenção no Conselho de Ministros.

Isso é tudo o que devo dizer, Senhor Presidente, reservando-me para a próxima sessão um tratamento mais específico de cada ponto.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Senhor Presidente, nós também observamos nesta agenda anotada que em alguns pontos não foi considerado um pedido da nossa Representação sobre o cumprimento dos compromissos da Terceira Reunião do Conselho de Ministros e também da Reunião de Alto Nível.

Solicitamos, então, que seja considerada e avaliada novamente esta agenda para saber que pontos não foram detalhados.

Representação do BRASIL (Roberto Gasparry Torres). Senhor Presidente, vou retomar o que disse o Embaixador Magariños. Ele citou dois pontos que são extremamente importantes e eu acho que nós temos uma solução.

Quanto aos aspectos institucionais, através do qual haveria participação de outros Ministros no Conselho de Ministros da ALADI, isso, talvez pudesse ser obviado, não com a inclusão de um tópico adicional na agenda para mantê-la restrita, como nós temos negociado até agora, mas sim colocando-o talvez como um dos pontos na negociação de uma revisão do projeto 310/Rev. 4. Poderá ser, então, com dois ou três parágrafos adicionais, falar especificamente sobre o Conselho de Ministros, convocatória anual do Conselho de Ministros e outras modificações que dizem respeito de aspectos institucionais e assim não mexeríamos na agenda.

Há um aspecto importantíssimo que ele falou sobre as negociações tarifárias no GATT, e seu reflexo na ALADI. São reflexos que já alguns países se deram conta, mas que é necessário que os Ministros ao se unirem no seio da ALADI, imaginem que ela também está dentro da concepção geral internacional de comércio e, portanto, que o decidido no GATT se refletirá aqui.

E possível uma sugestão, também, para não alongar a agenda, que esse item seja examinado, por exemplo, dentro do item 6, ou seja "Rodada de negociações comerciais", que nós faríamos a vinculação entre uma decisão tomada no seio da ALADI com o processo em andamento muito acelerado na Rodada Uruguai.

E quanto aos outros dois itens, Senhor Presidente, eu não vou mencionar, mas talvez seja o caso, já que há uma série de discussões no plenário, que o Comitê examinasse, então, aquele projeto, digamos, de princípios ou de pautas que orientariam a entrada de novos temas dentro da agenda. Porque assim, nós teríamos, pelo menos, um marco de referência, senão aquilo que nós sempre mencionamos sobre "árvores de Natal", daqui a pouco estaremos com uma agenda que os Ministros vão ler e não virão evidentemente porque não terão tempo.

//

sp

Então, nesse sentido o papel que a Secretaria circulou agora minha proposta é que ele seja considerado para ver se ele é aceitável, se ele pode realmente nos servir daquele lineamento para obter um bom resultado, o mais cedo possível.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, consideramos muito positiva a intervenção do Senhor Embaixador Gustavo Magariños e suas reflexões enriquecem as possibilidades de identificar substância para a agenda.

Pensamos que essas reflexões, Senhor Presidente, deveriam ser preparadas pela Secretaria-Geral com elementos de juízo adicionais para a reunião da próxima quinta-feira e ganhar tempo. E, simultaneamente com o documento apresentado agora pela Secretaria, a Proposta 89, começar a fazer os primeiros ajustamentos do que foi dito hoje para ter mais atualizado esse documento e com isso ir aperfeiçoando a eventual substância da agenda.

No que diz respeito ao projeto de critérios ou pautas para a inclusão de novos temas, Senhor Presidente, compartilhamos da posição do Senhor Representante da Venezuela. Pensamos que após definida esta agenda provisória, isso não impediria que, eventualmente, se da reunião ministerial que se realizará no México em 29 e 30 de março próximo surgisse algum tema importante para a Associação, existisse a opção de que esse tema fosse incluído na agenda do Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Não tenho nenhuma objeção a que novos temas entrem na agenda. O meu problema, que estou tentando transmitir aos Senhores Representantes, é que tenhamos algum critério. A experiência do ano passado para mim foi muito traumática. Prefiro que os Senhores Representantes dêem um critério à Presidência. Prefiro não trabalhar em aberto. Este papel, que tomei a iniciativa de fazer circular, é um elemento que está em discussão. Mas, preferiria ter um critério aprovado pelo Comitê para organizar os nossos trabalhos, porque dentro de um critério aberto de qualquer Representação incluir um tema, nós não vamos completar a agenda como não a completamos no ano passado, um exame mais aprofundado. O que nós estamos sugerindo, o que a Presidência tomou a iniciativa de sugerir é que para a inclusão de novos temas, quem estiver interessado, tenha apoio de outros países. Porque é muito difícil, de uma hora para a outra, que uma Representação apresenta um tema novo sem apoio de nenhuma das outras Representações, que o tema seja colocado. Temos que fazer um mínimo de negociação entre nós para permitir a inclusão do tema.

Aproveito a sugestão da Representação do Brasil para orientar os trabalhos da Presidência. Faço um apelo ao Comitê para que dê à Presidência algum critério. Se os Senhores Representantes não quiserem esse critério e sim outro, prefiro ter um critério de trabalho porque senão vai ser muito difícil e não sei como vamos organizar os trabalhos. A experiência do ano passado, a meu juízo, foi muito negativa. E agora, na Presidência, não quero repetir a experiência do ano passado.

Representação da BOLÍVIA (María Cecilia Moreno Velasco). Senhor Presidente, em primeiro lugar, e escutando o Embaixador Magariños, recordamos que no marco do proposto para tratar o tema de integração cultural há um tema no qual se tem avançado um pouco e reveste importância para todos e foi dei

xado de lado. No entanto, talvez seja oportuno inclui-lo porque contempla aspectos culturais, econômicos, comerciais e de administração. É o tema da integração fronteiriça.

Embora não desejemos continuar propondo novos temas, considero que este deve ser contemplado, do mesmo modo que os mencionados pelo Senhor Representante do Uruguai.

Por outro lado, a respeito da pergunta do Senhor Presidente, pensamos que esta proposta seria no entendido de uma agenda provisória. Porque, ao igual que o México, surge-nos a preocupação de que se nossas autoridades desejam introduzir um tema novo depois de revisada a agenda preliminar e a agenda anotada não podemos dizer-lhe que não em nenhuma instância nem deixar de apresentá-lo em nível de Comitê nem de reunião preparatória de Alto Nível, inclusive nem no Conselho de Ministros. Isto é, entendemos que pode ser uma pauta, mas não podemos negar a possibilidade de que sejam introduzidos novos temas.

Representação do CHILE (Juan Guillermo Toro Dávila). Senhor Presidente, estamos de acordo com as reflexões do Embaixador Magariños e acreditamos que estes pontos devem ser acrescentados ao esquema a ser apresentado aos Ministros ou, em qualquer caso, estudados mais profundamente para saber se realmente devem ser colocados. Mas, são muito interessantes no conceito da integração.

Insistindo, também, em que consideramos que o esquema que for enviado, o futuro esquema que foi enviado ao Conselho de Ministros com os temas que serão tratados no Conselho de Ministros deve ser mais ampliado, não pode ser tão resumido, porque é conveniente que os Ministros conheçam em detalhe os pontos que vão ser tratados em cada um dos temas.

E também desejo concordar amplamente com o manifestado pelo Representante do Equador no sentido de que deve acrescentar-se nos pontos da agenda a situação financeira da ALADI. Considero, como falávamos anteriormente, que devem ser buscados caminhos para poder assegurar que a situação financeira da ALADI seja permanente, que esteja bem assegurada. Acredito que poderia ser um ponto que beneficiaria este aspecto; considerá-lo para ser tratado pelos Ministros e procurar a fórmula que eles podem propor para que a ALADI tenha permanentemente uma situação financeira boa.

E, por último, com relação a este papel que nos acabam de entregar, "Programa de trabalhos de preparação da Quinta Reunião do Conselho de Ministros", penso que existe uma superposição nos parágrafos. Primeiro diz: "não serão apresentados projetos novos fora dos que já estão no Comitê". Estes "fora" já não são novos. E depois diz "excepcionalmente poderão ser apresentados formalmente projetos novos". Penso que talvez dizendo "só excepcionalmente poderão apresentar-se projetos novos" estaríamos eliminando o parágrafo anterior. Estaríamos repetindo uma coisa e depois dizendo primeiro "não" e depois dizendo "sim, excepcionalmente poderia". Considero que colocando "só excepcionalmente" se evitaria o parágrafo anterior.

E o outro aspecto é que penso que deveria ser outro projeto com o apoio de quatro, como mínimo, Representações e não de seis como diz aqui. Minha preocupação aponta, manifesto com toda franqueza, para o grupo dos sete, para o grupo dos quatro. Porque se o grupo dos sete se põe de acordo é muito fácil com seis estar de acordo. No entanto, com quatro já é um pouco mais difícil.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Senhor Presidente, concordamos, em primeiro lugar, com estes critérios no sentido de que é necessário pôr algum ordenamento e limites à apresentação de novas idéias, embora talvez possa recolher-se alguma modificação.

E nesse mesmo sentido desejaria que as interessantes propostas hoje manifestadas pelos Representantes fossem tratadas sobre o desenvolvimento do assunto, caso exista acordo dos demais membros, como uma forma, inclusive, de ajudar a Secretaria, que é a encarregada de recolher as idéias aqui dadas.

Por exemplo, já adverti que, das propostas do Embaixador Magariños, a harmonização ou a preocupação para recolher as medidas que estariam por tomar no GATT já têm a aprovação, digamos, pelo menos, creio, da maioria para que esse tema possa ser incluído na agenda.

E, logicamente, minha Representação também apóia essa inclusão.

Creio que essa preocupação também foi acolhida expressamente por vários Representantes e pelo menos podemos declará-la aceita porque ninguém se manifestou em contra. Seria fazer algum item sobre integração cultural. Isto é, isso já poderia ficar na agenda.

E também a preocupação por alguma modificação de caráter institucional, que também considero muito interessante e que, segundo a Representação do Brasil, talvez não seja necessário um novo item senão que já ficaria no tema do papel da ALADI.

Creio que a Secretaria já pode considerar aprovados esses pontos pelas demais Representações.

Depois faltaria conhecer, por exemplo, a preocupação do Equador e do Chile sobre a situação financeira, se as demais consideram que corresponde sua inclusão no Conselho. Pessoalmente, creio que embora seja um tema fundamental, é um tema, digamos, doméstico, de caráter administrativo, que poderia informalmente manifestar-se como preocupação para o Conselho de Ministros, mas não considero que se possa colocar na agenda um ponto sobre a situação financeira da ALADI. Não considero isso de praxe.

Mas, enfim, deveríamos ver se existe sobre cada uma destas propostas o consentimento majoritário dos demais.

Registro também outra proposta concreta da Bolívia, Paraguai e Chile de colocar um ponto sobre o cumprimento de anteriores decisões. Deveríamos saber se sobre esse ponto existe consentimento.

Acredito estar de acordo em que enriqueçamos a agenda com um limite temporário para que isto não continue in eternum, mas vamos, repito, vendo o consenso, ponto por ponto, sobre cada proposta.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, creio que em sua intervenção anterior tinha ficado claro para nós que toda esta substância, que hoje está sendo identificada, seria tratada na próxima quin

//

//

ta-feira; para entrar com mais detalhe a Secretaria apresentaria elementos de juízo para informar às capitais até onde se pensa chegar com essa substância. Isso, para nós, é fundamental.

O outro assunto, Senhor Presidente, que se apresentava sobre os critérios pareceria que registramos, primeiro, que na agenda provisória deveria estabelecer-se, como diz a Representação argentina, um limite temporário.

Ou seja, não sei, até fins do presente mês, para que fique conformada a agenda provisória. E depois iria ao encontro do Senhor Representante do Chile para adotar o critério de que só excepcionalmente poderão ser incluídos novos temas. Considero que com esta exceção, apresentada pelo Senhor Representante do Chile resolvemos o problema, porque deverão ser situações de exceção, já que daqui até fim de fevereiro, Senhor Presidente, as capitais terão se pronunciado sobre a substância da agenda.

E o último, Senhor Presidente, é com relação ao acompanhamento dos trabalhos. Pensamos que tem absoluta prioridade que o Comitê se reúna permanentemente nas quintas-feiras para tratar esta temática e avançar, já que restam apenas, praticamente, 15 dias do mês de fevereiro.

Representação da BOLÍVIA (María Cecilia Moreno Velasco). Senhor Presidente, queríamos informar que na quinta ou sexta-feira vamos ter dificuldades para assistir às reuniões informais do Comitê. E perguntaríamos à Sala se seria possível realizar esta reunião na próxima segunda-feira.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Somente desejo fazer um pequeno comentário na parte dos projetos novos que podem apresentar-se excepcionalmente. Considero que deve haver, digamos, certa definição do que se entende por projetos novos ou se é um tema novo, porquanto no processo de negociação que se efetuará no que resta do mês de fevereiro, março, até a reunião preparatória, é possível, caso não exista acordo sobre os projetos que estamos negociando, que surgisse um projeto substitutivo que não fosse o projeto que está em consulta e sendo manejado atualmente. Então, poderíamos ficar fora desta espécie de critério básico, que ainda não foi acordado mas está sendo esboçado, no sentido de que em breve pode surgir um projeto substitutivo que tenha consenso e que poderia ficar fora dos critérios já estabelecidos. Então, nesse sentido creio que deveria ser esclarecido esse ponto. Nossa Representação teria interesse em que isso ficasse mais ou menos esclarecido.

PRESIDENTE. Sim, na idéia de incluir projetos está implícita a inclusão de temas. Porque a negociação de um projeto que já existe evidentemente pode conduzir a sua substituição por um outro projeto; não é um projeto novo nem um tema novo.

A preocupação nossa é com o fato das sugestões de apresentação de novos temas que levem a novos projetos de resolução. Entendo que com a sugestão do Chile de se modificar e incluir somente excepcionalmente temas ou projetos novos, poderão ser apresentados até 6 de março e, com o limite de apoio de cinco Representações, isso seria aceitável como critério do Comitê.

Não sei se seria pedir muito do Comitê que se pronunciasse sobre isso; porque realmente eu necessito de uma orientação dos Senhores. Se não quiserem esse critério que formulem outro critério. Mas, de qualquer maneira, a Argentina já se pronunciou favoravelmente; o Brasil também, o Chile, entendo que o México também. Não sei se as outras Representações poderiam acompanhar esse critério. Nós somente receberíamos ou aceitaríamos a discussão de novos temas que conduzissem a novos projetos até 6 de março e com um apoio mínimo de cinco Representações.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, creio que para ter um cronograma seria fundamental, como ponto de referência, que houvesse acordo na data da reunião. Isto é, enquanto não exista uma decisão sobre a data é simplesmente referencial e por conseguinte, o cronograma também simplesmente referencial. Existindo uma data de convocação já votada e aprovada pelo Comitê, o cronograma passaria a ser definitivo.

PRESIDENTE. O cronograma está baseado nas datas previstas. Depois queria submeter o pedido do México que pediu que fizéssemos uma rodada para saber se já há alguma informação dos países sobre a sede e a data.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, somente queria referir-me ao critério apresentado por Vossa Excelência. Considero que quando se realiza algum trabalho dessa natureza, como a elaboração de uma agenda, primeiro se estabelecem os critérios. Não é que esteja de acordo ou não com os critérios, mas entendo que os critérios são primeiro, não são posteriores.

Mas, farei referência a um dos pontos que sempre tratei de trazer à baila nesta rodada, como o caso do PREC, por exemplo. Vossa Excelência fala de cinco. Suponhamos que esse seja o critério. Se não me equivoco, cinco países assinaram o PREC e aqui não aparece como tema. Por que não aparece como tema?

PRESIDENTE. Porque ninguém o propôs; somente a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Como não o propuseram? Cinco países o assinaram, o escreveram, cinco países. Suponhamos que esse seja o critério: o de cinco. Adiro para ser seis. Agora já somos seis, mas o tema não está incluído na agenda anotada.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, com relação ao critério de data limite para apresentar projetos, seria suficiente com que ficasse o critério de "só excepcionalmente poderão ser apresentados projetos", já que as capitais estão sendo avisadas de que no final deste mês ou na data que for estabelecida estaria conformada a agenda.

Senhor Presidente, solicitamos que não seja colocada uma data limite porque insistimos em que eventualmente da reunião do México, que se efetuará em 29 e 30 de março, poderia derivar uma ação importantíssima para a

//

//

ALADI. Já entendemos que é de sete países. Mas se utilizaria o procedimento de convidar os demais. E por isso não queremos fechar as portas, Senhor Presidente, estabelecendo uma data limite.

Senhor Presidente, com relação ao outro critério, ao outro elemento dos critérios para o apoio, pensamos que se um país, por instruções, diz: "o Senhor deve apresentar isto", deveremos apresentá-lo e na sua apresentação, Senhor Presidente, existirão as reações dos demais países para ver se o tema avança ou não. Normalmente, nos avanços dos temas estamos seguindo os critérios majoritários. Por quê? Porque com critério majoritário, Presidente, quando chegemos à reunião preparatória, havendo oito países que estejam a favor de um projeto, três países poderão aproximar-se. Mas, é difícil elevar aos níveis da reunião preparatória do Conselho de Ministros resoluções, projetos que levem o voto de cinco países, por exemplo, porque isto vai ser conflitivo. Então, pensávamos que se mantivesse o critério majoritário de reações quando um projeto for apresentado. E creio que resolve o problema e facilita o tratamento seguinte nos níveis de reunião preparatória e de Conselho de Ministros.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Minha Representação apóia sua proposta de procedimento, Senhor Presidente, e também apoiará qualquer outra que evite a discussão metodológica que estamos tendo agora. Do que ainda não se pôde obter uma conclusão clara é sobre o projeto de agenda que finalmente submeteremos às capitais, para o Quinto Conselho de Ministros e será nesse momento quando poderemos estar em condições de decidir sua aprovação. Considero que nem este projeto nem o que for aprovado pelo Comitê de Representantes, finalmente, serão excludentes porque em última instância os Chanceleres poderão ampliá-lo no momento em que se reúnam.

Seguimos, também, sem encontrar um sistema para decidir se a elaboração deste projeto de agenda continuará infinitamente com a inclusão de novos temas. Deveríamos pensar, talvez, em um método que facilitasse as propostas, as quatro propostas importantes feitas pelo Embaixador Magariños, como as que em seu momento fez a Representação da Bolívia ou a do Paraguai, ou alguma outra Representação, possam ser incluídas, mas de maneira tal que não distorçam o conteúdo, o rumo político que devem ter as decisões que finalmente adotem os Chanceleres.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, nossa Representação considera que não é o momento oportuno para discutir especificamente e em detalhe cada um dos pontos da agenda. Isso será feito quando corresponda.

Em termos gerais, desejamos facilitar o trabalho da Presidência neste processo de preparação do Conselho de Ministros. Consideramos correto o cronograma de trabalhos, como norma geral. Mas, sempre que seja aplicado de forma um pouco flexível. Não é mesmo? Isto é, consideramos ser a pauta geral e que possa, eventualmente, e de acordo com seu desenvolvimento, introduzindo modificações a estes temas gerais que estamos de acordo em que constituem um elemento importante para que possam ser levados adiante os trabalhos.

//

Considero oportuno, também, manifestar para informação da Secretaria, e não sei talvez se isto possa contribuir para tornar ágil este processo, que é a nossa vontade, que nossa Representação está de acordo em particular com dois dos temas assinalados pelo Senhor Representante do Uruguai que, como sempre, nos leva a refletir sobre assuntos interessantes. E refiro-me concretamente ao tema GATT, a incidência sobre nosso processo de reduções tarifárias na ALADI; e em segundo lugar, à integração cultural. Mas não sobre o tema agrícola porque neste momento não tenho instruções para pronunciar-me nem sobre o tema institucional.

Consideramos oportuno manifestar nossa conformidade com os dois pontos que citei.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, como explicou o Doutor Vacchino, o que se fez foi recolher em um documento uma agenda de partida, não a agenda com a qual finalmente se iniciarão as deliberações do Conselho de Ministros. E simplesmente para propor uma forma de trabalho.

Não desejaríamos receber sugestões de temas porque todos os temas são importantes. O que desejaríamos é poder reunir-nos com as Representações e trabalhar em projetos e resoluções, trabalhar concretamente em projetos de resoluções, no tema de integração fronteiriça, da incidência da Rodada Uruguai; inclusive o tema de sementes foi excluído porque a informação que tem a Secretaria é que não há consenso sobre esse ponto. Eliminamos o tema referente ao livre trânsito de pessoas, talvez equivocadamente, porque entendíamos que não havia consenso. Mas, se existe consenso é muito simples: incorporar-se imediatamente ao tema. O que fizemos foi um âmbito de análise e de referência.

Considero que de alguma maneira inclusive as importantes sugestões do Embaixador Magariños estão devidamente colocadas na agenda. A da possível incorporação dos Ministros setoriais está, evidentemente, dentro do papel da ALADI que terá uma explicitação.

Os documentos que mencionamos de partida são os que vêm da Preparatória da Quarta Reunião. E, isso sim, quanto antes, deveríamos começar a trabalhar para saber se esses textos, que foram revisados como diz o México, são também consensuais para começar com a etapa de negociação.

E finalmente queria mencionar, Senhor Presidente, que há lacunas. Quando mencionamos "financiamento" vamos fazer um esforço para elaborar uma resolução. Mas, na agenda figura quase como uma lacuna. Vamos fazer um esforço para elaborar uma resolução o mais compromissória em matéria de complementação econômica. Mas, na prática, não existe um documento expresso que esteja em conhecimento deste Comitê.

Então, propomos, com este documento, iniciar trabalhos com uma mecânica determinada, mas avançando naqueles que já têm um projeto de resolução e deixando para uma instância posterior aqueles sobre os quais a Secretaria deseje trabalhar bilateralmente com as Representações e trazer, mais do que uma preocupação sobre um tema, um projeto de resolução. Porque muitos dos temas mencionados são considerados por nós muito importantes, mas talvez não sejam consensuais.

//

PRESIDENTE. A única observação que faria agora é sobre a palavra "bilateralmente". A idéia é que não haja esse trabalho bilateral, que haja um trabalho em que pelo menos cinco Representações tenham apoiado algum projeto e aí sim se dê curso de estudo a esse trabalho. Se houver um trabalho de Secretaria bilateral com cada uma das Representações vamos voltar ao que foi o ano passado.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). No que diz respeito ao tema dos sementes, simplesmente tenho um dado que pode ser de utilidade, que lamentavelmente houve uma reunião em Montevidéu, onde participaram muitos peritos agrícolas e pelo menos três países tinham manifestado que esse tema era muito complexo e que não podia ser enviado diretamente ao Comitê e ao Conselho sem fazer uma reunião prévia de especialistas. E por isso que de facto, foi descartado.

E voltaria a insistir, caso não fosse possível na reunião da quinta-feira, que a pedido da Bolívia ficasse para a segunda-feira, se não se pudesse trabalhar mais ou menos sobre uma nova versão da agenda que estivesse já enriquecida com os temas que hoje foram mencionados e que já contam com consenso. E se a Secretaria tem alguma dúvida sobre o manifestado em Sala, creio que seria a oportunidade de esclarecê-lo agora para que esse projeto pudesse ser tratado na segunda-feira.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, não queria mencionar o tema da bilateralidade em termos formais senão dar forma à idéia para ver se pode ou não ser considerada na agenda, porque quando nos falamos de temas gerais como o da integração fronteiriça, que não tem antecedente institucional, que não foi discutido, preferiríamos avançar para fazer um projeto de resolução para que um dos países seja com outros quatro, como Vossa Excelência manifesta, os que apresentem essa resolução. Mas, não podem pedir-nos que daqui até uma data relativamente próxima apresentemos uma proposta em um tema no qual não estamos preparados. Desejaríamos, aliás, explorar o interesse de algumas Representações e com o critério que Vossa Excelência manifesta, quatro ou cinco Representações o apresentem. Mas, para ganhar tempo, desejaríamos concentrar a atenção naqueles temas que já têm um documento de apoio e que já foi pré-negociado ou conhecido por todos os membros do Comitê. E, paralelamente, ir aceitando todos. Considero a observação do Embaixador Magariños de que não está incluída, por exemplo, a consequência da negociação do GATT, muito importante. E deveríamos trabalhar, quanto antes, nesse tema que considero consensual. Considero absolutamente importante que isso entre.

Em outros casos, desejaríamos saber se existe efetivamente o apoio das quatro, das cinco Representações, indicadas pelo Presidente.

Representação do BRASIL (Roberto Gaspary Torres). Senhor Presidente, vou me referir à consulta da Representação do México sobre data e local da Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

Reitero aqui a orientação de que, em princípio, o Governo brasileiro aceita as datas propostas de 26 e 27 de abril na cidade de Montevidéu.

O Senhor Representante do México sugeriu uma rodada de consulta a esse respeito e estou declarando a posição brasileira.

PRESIDENTE. Pediria aos demais países, que se pudessem manifestar, se manifestassem sobre isso.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, desejaria manifestar, em primeiro lugar, que nossa Representação considera que esta agenda anotada, submetida hoje a nossa consideração, representa, realmente, um avanço no sentido de que reflete aqueles projetos sobre os quais, no processo recente no Comitê, estabelecemos algum consenso. Evidentemente, não estão aqui todos os temas, mas existem razões para que não estejam, ou porque não houve consenso sobre alguns temas ou não sei quais outras razões, mas em qualquer caso desejamos manifestar que isto reflete o processo efetuado recentemente, aperfeiçoando os diferentes projetos que foram sendo considerados.

A respeito do pedido da Representação do México sobre explorar a posição das Representações quanto a data e lugar, devo informar que até o momento não recebi instruções para nenhum dos dois temas: nem data nem local.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, com relação a sua pergunta específica, devo informar que, após a análise correspondente das autoridades equatorianas, consideram que o mais conveniente para fortalecer a ALADI, e em benefício do êxito da reunião por contar com a infraestrutura necessária e também em benefício da austeridade que deve caracterizar o manejo das despesas, o mais conveniente seria fazê-la na própria sede. Essa é a posição do Equador.

PRESIDENTE. E aceita também a data?

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Quanto à data, ainda não houve pronunciamento, mas está sendo considerada e penso que sempre estamos abertos a considerar qualquer data.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Senhor Presidente, tenho instruções para informar que depois de considerar o tema da data para o Quinto Conselho de Ministros, 26 e 27 de abril, em princípio, meu Governo a aceitaria e, atendendo ao convite do México para fazer a Reunião do Conselho em sua capital, apóia e aceita este convite.

Representação da BOLÍVIA (María Cecilia Moreno Velasco). Senhor Presidente, estamos na mesma posição do Equador. Isto é, nossas autoridades estão de acordo com que a reunião seja na sede da Associação. Quanto à data, embora em princípio exista uma disposição para que se possa realizar na data já fixada, necessitamos uma confirmação posterior que ainda não temos.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Senhor Presidente, meu país considera oportuno que a reunião seja feita na sede da Associação. Quanto à data, não temos ainda instruções muito precisas. Na próxima semana poderíamos manifestar-nos.

//

//

PRESIDENTE. Perguntaria aos três últimos países, ao Uruguai, a Venezuela e ao Chile, se poderiam expressar sua posição.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Estamos de acordo, Senhor Presidente, e além disso propomos que seja em Montevideu, em 26 e 27 de abril.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Não temos instruções, Senhor Presidente.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, não temos instruções sobre a data. No que se refere ao local, nossa posição foi sempre que as reuniões fossem feitas, dentro do possível, na sede da Associação. Com relação ao local, nossa posição é clara, mas não temos ainda instruções sobre a data.

Representação da ARGENTINA (María Esther T. Bondanza). Senhor Presidente, minha Representação está de acordo com a data e local propostos.

PRESIDENTE. Oito Representações estão de acordo em que a sede seja Montevideu; quatro já têm instruções para confirmar a data e outras quatro ainda não têm confirmação da data, mas confirmam a sede. O Peru e o México aceitam a sede no México e a Colômbia e a Venezuela não têm instruções.

Com relação à sede, já há oito Representações que concordam em que seja aqui; já existe maioria significativa.

Talvez possamos informar isso a nossos países. Oito países estão de acordo em que a reunião se realize aqui; dois não têm instruções; dois preferem fazer a reunião no México e quatro Representações, Brasil, Peru, Uruguai e Argentina, já têm instruções para confirmar também a data.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Somente para efeitos de registro e de informação para nossa capital, Senhor Presidente, desejaria que fosse feita uma lista dos países que concordam em que a sede da Quinta Reunião do Conselho de Ministros seja Montevideu.

PRESIDENTE. São sete. Brasil, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina.

Em resumo, com a programação de nosso trabalho considero que, dada a impossibilidade da Bolívia comparecer na próxima reunião, e para permitir que se façam consultas, talvez o melhor seja manter a reunião para a próxima terça-feira e não fazer a reunião na segunda. Não sei, estou nas mãos dos Senhores Representantes.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Mas, Senhor Presidente, seria feita com o regime das quintas-feiras.

//

PRESIDENTE. Sim, Senhor Representante.

Então, faríamos a reunião somente na terça-feira. Listei sete temas que foram apresentados por diversas Representações.

Já que temos tempo até terça-feira, faria consultas a todos os membros do Comitê e na terça-feira próxima prestaria uma informação ao Comitê sobre o grau de consenso que essas propostas recolhem. Três já praticamente estão acolhidas: a questão do GATT-ALADI, o aspecto institucional e a integração cultural. Faria a consulta sobre os outros temas para ver se haveria consenso para sua inclusão nas próximas deliberações.

Procederíamos com base no critério que entendo ficaria aprovado, de buscar um apoio mínimo de cinco Representações, sem limitação de data, como propôs o México, para que o tema merecesse ser examinado pelo Comitê. E também daria como aceite pelo Comitê o cronograma apresentado pela Secretaria-Geral para o tratamento dos temas da agenda, Proposta 89/Add. 1, como um roteiro evidentemente vamos fazer com flexibilidade, mas seria um roteiro de trabalho quanto à seqüência dos temas a serem apresentados.

Representação da BOLÍVIA (María Cecilia Moreno Velasco). Senhor Presidente, na realidade, consideramos que a consulta devia ser feita, precisamente, na reunião informal. Porque, por exemplo, me interessaria conhecer a opinião dos demais Representantes sobre cada um dos temas. Então, antes de descartar os temas, talvez essa consulta precisamente deveria fazer-se em uma reunião informal.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Somente para facilitar a gestão administrativa da Secretaria quanto à designação dos novos Subsecretários. Considero que embora esta reunião possa realizar-se na terça-feira em caráter informal, deveria prever-se a possibilidade de que na quinta-feira fosse em caráter formal.

PRESIDENTE. Minha idéia é nós discutirmos esses projetos de resolução em sessões formais do Comitê. A idéia não é fazer essas discussões informalmente. As sessões informais seriam utilizadas justamente para nós intercambiarmos idéias sobre métodos de trabalho, fazer outras sugestões, mas creio que para maior eficiência dos trabalhos, as discussões deveriam ser em reuniões formais do Comitê para que as Representações assumam suas opiniões.

Minha tendência seria fazer isso. Não tenho inconveniente em fazer uma próxima reunião informal na terça-feira porque há esses temas novos e poderíamos proceder como a Representação da Bolívia propôs. Mas, a minha idéia era propor que esse cronograma da Secretaria-Geral fosse discutido em sessões formais do Comitê.

Representação da VENEZUELA (Santos Sancler Guevara). Senhor Presidente, perdão, tinha entendido o contrário. Pensei que ia ser na sessão informal de terça-feira. Isso foi o que entendi.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, sobre os temas tratados hoje, que seriam examinados na próxima terça-feira, parti

//

//

443

cularmente as reflexões do Embaixador Magariños, solicitaríamos à Secretaria que, no mais breve prazo possível, fossem apresentados mais elementos de juízo para fazer as consultas correspondentes.

Essa informação é importante para poder pronunciar-nos na continuidade dos temas, seja que figurem como temas específicos ou como parte de temas de alguns que já são amplos. Esse é o primeiro aspecto, Senhor Presidente.

O outro ponto, é sobre o cronograma do documento ALADI/SEC/Proposta 89/Add. 1. Temos observações sobre este documento. Aceitamo-lo como critério geral, mas há alguns aspectos que queremos assinalar para precisar ações.

E entrando na matéria, depois do 6.1.6 seria acrescentado um 6.1.7, que se refere ao cronograma para a harmonização das políticas de promoção de exportações. Este é um tema que deriva da Declaração de Buenos Aires. Por conseguinte, deve haver uma ação da Secretaria-Geral na coluna seguinte que deve apresentar um projeto. Coisas como essas são necessárias para aperfeiçoar este cronograma.

PRESIDENTE. Apenas para nós estarmos falando a mesma linguagem. Eu entendo que não será possível, pelo que falou a Secretaria-Geral, preparar outro documento sobre temas novos. O que eu entendo é que na próxima reunião nós faríamos uma pesquisa, aqui, para saber se há apoio de pelo menos cinco Representações, para que esses temas sejam introduzidos. Não será apresentado nenhum papel novo e nós todos aqui não creio que seja necessário que peçamos instruções das capitais para saber se vamos discutir a integração fronteiriça ou não. Será uma decisão que vamos ter que tomar. Mas, segundo entendi do manifestado pela Secretaria, não há tempo, de hoje até segunda-feira, para ser apresentado um papel sobre esses sete pontos com sugestões formuladas. Os temas vão ser apresentados para que cada uma das Representações se pronuncie sobre a conveniência ou não de se incluir na agenda os temas. Somente isso. E o entendimento que eu tenho.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Senhor Presidente, sempre sobre o mesmo ponto da compreensão da agenda que estamos tratando na última hora de discussão.

Desejaria lembrar que, segundo tenho entendido, na Terceira Reunião do Conselho de Ministros, creio que foi feita em março de 1987, a agenda teve nove pontos, sete dos quais foram substantivos; os sete foram matéria de resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministros, seis, concretamente, resoluções e um Acordo Regional da preferência tarifária regional. Esse, talvez, possa ser um elemento ilustrativo para orientar-nos do ponto de vista pragmático, realista, sobre a elaboração da agenda para a próxima Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

Somente a título de sugestão, também talvez dramática e postrema para evitar que esta agenda se transforme em um baú de alfaiate, finalmente, sugeria ou recomendaria que fosse considerada a possibilidade de incluir um ponto dez que diga: "Outros assuntos"; não por isso se tira importância aos temas e talvez os Chanceleres com um documento de trabalho, um só documento

vf

//

//

de trabalho, sobre esses "outros assuntos" possam estender-se, discutir e eventualmente adotar alguns acordos.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, agora estamos fazendo a programação para a próxima semana e desejaria saber se se pode convocar a Comissão de Orçamento para quarta-feira, porque na quinta haveria Comitê para analisar o que a Comissão de Orçamento lhe recomende.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, estamos de acordo.

PRESIDENTE. Então, na próxima semana teríamos uma reunião da Comissão de Orçamento, na quarta-feira, e teríamos duas reuniões do Comitê. A reunião da quinta-feira seria uma reunião formal para a despedida do Embaixador do Chile. Fariamos uma reunião na quinta-feira às 10h, antes da reunião formal de despedida do Embaixador do Chile e na terça-feira fariamos uma outra sessão do Comitê que poderia ser informal se o Comitê preferir. Mas na quinta-feira fariamos uma reunião formal do Comitê antes da reunião de despedida.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Estamos de acordo, Senhor Presidente. Queria também avisar-lhes que na semana próxima vai chegar o Representante Permanente do meu país. Hoje de tarde vou mandar a nota formal à Secretaria, quando confirme o dia exato em que chegará, provavelmente na terça-feira. Depois estaríamos em contato com a Presidência para seu recebimento e demais atividades.

PRESIDENTE. Com essas informações, programaríamos com a Secretaria-Geral uma reunião para recebê-lo.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Qual é o costume?

PRESIDENTE. Há uma sessão extraordinária para a incorporação de Embaixadores.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magarinos). Para a incorporação não se realiza; sim para a despedida.

PRESIDENTE. Desejaria que a Secretaria-Geral nos esclarecesse este ponto.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Jaime Quijandria). Senhor Presidente, não é uma sessão formal. Somente fazemos sessões específicas para despedidas. A incorporação se realiza em qualquer sessão ordinária, como parte dos assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Não podemos fazer uma reunião na quinta-feira?

//

//

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Quando venha, Senhor Presidente, na primeira sessão do Comitê será recebido.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Perdão, não lembrava que era em sessão ordinária.

PRESIDENTE. Encerra-se a sessão.
